



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
DE OURÉM/PA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 2005001/2026/PMO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO DE ESTUDO:

**AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PADRÃO SAMU 192 E
AMBULÂNCIAS DE SIMPLES REMOÇÃO**

JUNHO DE 2026, OURÉM/PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

SUMÁRIO

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. DA EMENDA PARLAMENTAR E DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DOS RECURSOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3. DA DISPENSA DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

4. DA ORIGEM DOS ITENS PARA ESTE PROCESSO

5. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

6. DA JUSTIFICATIVA, NECESSIDADE E MOTIVAÇÃO DAS AQUISIÇÕES

6.1. DA PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

7. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS

7.1. DA NATUREZA DO OBJETO – BENS COMUNS

8. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1. DA DIMENSÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO E DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

9. DA COMPOSIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO

9.1. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS ITENS SELECIONADOS

9.1.1. Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida – USB

9.1.2. Ambulância de Simples Remoção, tipo Pick-up Cabine Simples 4x4

9.1.3. Requisitos Comuns aos Itens

9.2. DAS NORMAS TÉCNICAS, CERTIFICAÇÕES E REGISTROS EXIGIDOS

9.3. DA ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

9.4. DA OPÇÃO PELA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO E DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

9.5. DAS RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS

9.6. DA RESPONSABILIDADE DOS CONDUTORES E DOS PROFISSIONAIS QUE ATUARÃO NOS VEÍCULOS

9.7. DA LOGÍSTICA TERRITORIAL PARA ENTREGA DOS BENS NO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA

10. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

10.1. SOLUÇÃO 01 – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

10.2. SOLUÇÃO 02 – DO CREDENCIAMENTO

10.3. SOLUÇÃO 03 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.4. SOLUÇÃO 04 – DO PREGÃO

10.4.1. Conclusão da Análise Comparativa

10.5. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

10.5.1. Do Contrato Oriundo da Ata de Registro de Preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

10.6. DA FORMA ELETRÔNICA

10.7. DO TIPO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO POR ITEM

11. DA ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

12. DA APLICAÇÃO DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE ATÉ 10% PARA MICROEMPRESAS

E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS

12.1. DA DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO BENEFÍCIO REGIONAL

12.2. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO BENEFÍCIO REGIONAL

12.3. DO FUNCIONAMENTO DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO REGIONAL

12.4. DOS REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO

12.5. DA DISPENSA DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE COTA RESERVADA E ITEM

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

13. DO COMPARATIVO COM CONTRATAÇÕES SIMILARES REALIZADAS POR OUTROS ENTES PÚBLICOS

14. DA IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS COM VALORES INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVOS

14.1. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

14.2. DA SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

14.2.1. Dos Itens de Relevância

14.2.2. Do Demonstrativo de Relevância dos Segmentos e da Exigência de Capacidade Técnica

14.2.3. Da Exigência de Atestado de Capacidade Técnica

14.2.4. Do Segmento de Comprovação – Natureza da Contratação

14.2.5. Do Quantitativo Mínimo de Comprovação

14.2.6. Da Justificativa Técnica da Exigência

14.2.7. Das Observações Adicionais

14.3. DA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

15. DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA A LICITAÇÃO

15.1. Do Prazo de Entrega

15.2. Da Correção de Irregularidades e da Substituição dos Veículos

15.3. Do Local e Horário de Entrega

15.4. Da Qualidade, Conformidade e Padronização

15.5. Da Responsabilidade Logística

15.6. Do Recebimento e da Inspeção

15.7. Da Conformidade Legal e das Responsabilidades da Contratada

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

17. DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

18. DO EMPLACAMENTO E DA REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

19. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

19.1. Da Designação do Gestor e dos Fiscais do Contrato

19.2. Da Capacitação e Orientação dos Responsáveis pela Fiscalização



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

19.3. Da Revisão Final dos Documentos da Contratação

19.4. Da Verificação da Adequação Orçamentária e Financeira

19.5. Do Controle Prévio de Legalidade

19.6. Da Preparação dos Procedimentos de Recebimento

20. DAS ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO GESTOR E AO FISCAL DO CONTRATO

20.1. Das Orientações ao Gestor do Contrato

20.2. Das Orientações ao Fiscal do Contrato

20.3. Do Recebimento Provisório e Definitivo

21. DA FONTE DE RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

23. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS MEDIDAS MITIGADORAS

23.1. Dos Principais Impactos Ambientais Identificados

23.2. Dos Requisitos Ambientais Aplicáveis aos Veículos

23.3. Das Medidas Mitigadoras Durante a Execução Contratual

23.4. Da Manutenção Preventiva e da Redução de Emissões

23.5. Da Gestão e Destinação de Resíduos

23.6. Do Uso Racional dos Veículos

23.7. Da Vida Útil e do Descarte Final

23.8. Da Conclusão da Análise Ambiental

24. DO MAPA DE RISCOS

24.1. Do Quadro de Identificação e Tratamento dos Riscos

24.2. Dos Riscos Prioritários

24.3. Do Monitoramento dos Riscos

24.4. Da Conclusão da Análise de Riscos

25. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO

26. DA APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo Nº 2005001/2026/PMO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 08 de junho de 2026 a 15 de junho de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PADRÃO SAMU 192 E AMBULÂNCIAS DE SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURÉM, para atendimento das demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado com a finalidade de evidenciar a necessidade da contratação, caracterizar o problema a ser solucionado, avaliar as alternativas disponíveis e demonstrar a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução proposta, em conformidade com as normas que regem as contratações públicas.

A contratação pretendida tem por objeto a aquisição de ambulâncias padrão SAMU 192 e ambulâncias de simples remoção, destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, observando-se as disposições legais aplicáveis, especialmente quanto ao planejamento da contratação, à definição do objeto, à estimativa de preços, à adoção do Sistema de Registro de Preços e à utilização de recurso vinculado oriundo de emenda parlamentar.

A presente contratação fundamenta-se, no que couber, nos seguintes instrumentos normativos e documentos correlatos:

I - Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais;

II - Art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual o Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação;

III - Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, que institui o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

IV - Lei Municipal nº 2.007, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre normas municipais aplicáveis às contratações públicas no âmbito do Município de Ourém/PA;

V - Decreto Municipal nº 02, de janeiro de 2024, que regulamenta, no âmbito municipal, procedimentos relacionados às contratações públicas com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021;

VI - Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, no que se refere ao Sistema de Registro de Preços, especialmente quanto à formação de ata e à possibilidade de contratação futura dos itens registrados;

VII - Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, quanto aos procedimentos administrativos para realização da pesquisa de preços e definição do valor estimado da contratação;

VIII - Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, quanto à elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, no que couber;

IX - Portaria GM/MS nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, que estabelece diretrizes técnicas relacionadas ao atendimento móvel de urgência e aos veículos destinados aos serviços de saúde;

X - Normas técnicas da ABNT aplicáveis aos veículos de atendimento a emergências e resgate, especialmente a ABNT NBR 14561, no que couber;

XI - Normas do CONTRAN, do Código de Trânsito Brasileiro e demais regulamentos aplicáveis à fabricação, adaptação, licenciamento, segurança e circulação dos veículos;

XII - Normas sanitárias e técnicas aplicáveis da ANVISA e do Ministério da Saúde, especialmente quanto à adequação das ambulâncias, equipamentos, materiais e condições de utilização;

XIII - Plano de Ação nº 09032026-097466, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Dilvanda Faro, destinado à aquisição de unidade móvel de saúde, cujo recurso será utilizado para custeio da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida;

XIV - Demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis à matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, o presente ETP busca subsidiar a tomada de decisão da Administração, demonstrando a necessidade pública envolvida, a adequação da solução proposta, a compatibilidade do objeto com as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e a viabilidade da contratação por meio de Sistema de Registro de Preços.

DA EMENDA PARLAMENTAR E DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DOS RECURSOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente contratação possui relação parcial com o Plano de Ação nº 09032026-097466, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Dilvanda Faro, destinada ao Município de Ourém/PA para aquisição de unidade móvel de saúde, com aplicação de recursos de investimento no âmbito da saúde pública municipal.

No planejamento da contratação, verificou-se a necessidade de estruturar procedimento licitatório por meio do Sistema de Registro de Preços, contemplando 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, destinadas ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA.

Entretanto, registra-se expressamente que os recursos vinculados ao Plano de Ação nº 09032026-097466 serão utilizados exclusivamente para custear a aquisição da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, observada a finalidade pactuada no referido plano, a disponibilidade financeira, a compatibilidade do objeto e as regras aplicáveis à execução de recursos vinculados.

As 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, embora integrem o planejamento da licitação e componham a Ata de Registro de Preços, não serão custeadas com os recursos da referida Emenda Parlamentar neste momento. Tais itens permanecerão registrados em ata para eventual e futura contratação, caso haja interesse público devidamente justificado, demanda administrativa formalizada, disponibilidade orçamentária e indicação de fonte de recurso própria ou diversa, mediante autorização da autoridade competente.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada ao caso concreto, considerando que a Administração possui demanda planejada para fortalecimento da frota da saúde, mas nem todos os itens serão necessariamente contratados de forma imediata. Nesse contexto, a ata permitirá o registro dos preços e condições de fornecimento, conferindo maior racionalidade administrativa, planejamento, economicidade e possibilidade de atendimento futuro das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sem gerar obrigação automática de contratação de todos os itens registrados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, a contratação imediata ou prioritária recairá sobre a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, a ser custeada com os recursos do Plano de Ação nº 09032026-097466, enquanto as ambulâncias de simples remoção tipo pick-up 4x4 permanecerão como itens registrados, condicionados a futura contratação, conforme conveniência e oportunidade administrativa, disponibilidade orçamentária e regular instrução do respectivo procedimento de contratação decorrente da ata.

Ressalta-se que a inclusão das ambulâncias de simples remoção na Ata de Registro de Preços não implica utilização dos recursos da Emenda Parlamentar para finalidade diversa daquela prevista no Plano de Ação, tampouco gera obrigação de contratação imediata pela Administração. Trata-se de medida de planejamento administrativo, voltada à formação de ata para atendimento de demandas futuras da Secretaria Municipal de Saúde, observados os limites legais, orçamentários e financeiros aplicáveis.

Assim, o presente ETP delimita de forma expressa a vinculação entre o recurso da Emenda Parlamentar e o objeto que será custeado por ela, preservando a regularidade da execução do Plano de Ação e, ao mesmo tempo, permitindo que o Município registre preços para outros veículos necessários ao fortalecimento da rede municipal de saúde, desde que a futura aquisição seja precedida da devida autorização, indicação orçamentária e comprovação de disponibilidade financeira.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

Fica definida como órgão gerenciador da contratação a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, considerando que é a unidade administrativa demandante, responsável pela gestão das despesas, acompanhamento da execução contratual e fiscalização do objeto adquirido.

Compete à SEMUS o gerenciamento administrativo da contratação, inclusive quanto à solicitação de fornecimento, atesto de recebimento, controle de quantitativos e acompanhamento da demanda.

A condução do procedimento licitatório, incluindo a instrução processual, elaboração do edital, realização do certame e formalização contratual, ficará sob responsabilidade desta Coordenadoria competente de Contratações do Município, nos termos da estrutura administrativa vigente.

3. DA DISPENSA DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, compreendendo 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Preços com registro restrito à Secretaria Municipal de Saúde, órgão demandante e responsável pela execução das ações de saúde no âmbito municipal.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços constitui procedimento auxiliar destinado ao registro formal de preços, visando a futuras e eventuais contratações pela Administração, conforme a necessidade, conveniência, oportunidade administrativa e disponibilidade orçamentária. No mesmo sentido, o art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 9º, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023, admitem a dispensa do procedimento público de Intenção de Registro de Preços – IRP quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

No presente caso, embora se pretenda a formação de Ata de Registro de Preços, verifica-se que a demanda possui caráter específico da Secretaria Municipal de Saúde, por envolver veículos especializados, adaptados para atendimento das atividades finalísticas da área da saúde, com requisitos técnicos, sanitários, operacionais e logísticos próprios, relacionados ao transporte de pacientes, atendimento pré-hospitalar, remoções e assistência à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, encontra-se vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, cujo recurso será utilizado exclusivamente para custear a aquisição desse item, observada a finalidade do plano aprovado, a compatibilidade técnica do objeto e as regras aplicáveis à execução de recursos vinculados.

As 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, por sua vez, integrarão a Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, não havendo obrigação de aquisição imediata pela Administração. Eventual contratação desses itens dependerá de solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde, demonstração da necessidade, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente.

Dessa forma, não se identifica, no momento do planejamento, demanda compartilhada com outros órgãos ou entidades que justifique a abertura de IRP. A aquisição de ambulâncias está diretamente relacionada às atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, não havendo, em regra, identidade de interesse ou compatibilidade técnica com outras unidades administrativas municipais, como secretarias de administração, educação, assistência social, obras ou demais órgãos que não executam serviços de transporte sanitário, urgência e emergência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Além disso, a ampliação da ata para outros órgãos poderia comprometer a precisão do planejamento, a definição dos quantitativos, o controle da execução, a fiscalização das especificações técnicas, a verificação da conformidade das adaptações veiculares e a adequada gestão da futura contratação, especialmente por se tratar de objeto sensível, vinculado à prestação de serviços públicos essenciais de saúde.

Ressalta-se que a dispensa da IRP não afasta a adoção do Sistema de Registro de Preços, mas apenas limita o procedimento ao órgão demandante, qual seja, a Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, que será a única unidade interessada no registro, no gerenciamento da ata e nas eventuais contratações decorrentes, observados os requisitos legais, orçamentários e administrativos aplicáveis.

Assim, considerando a especificidade técnica do objeto, a vinculação parcial do recurso da Emenda Parlamentar à Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, a inexistência de demanda compartilhada e a necessidade de manter o controle da execução no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, conclui-se pela dispensa do lançamento da Intenção de Registro de Preços – IRP, com fundamento no art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 9º, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

4. ORIGEM DOS ITENS PARA ESTE PROCESSO

A definição do objeto constante neste Estudo Técnico Preliminar decorre do Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA – SEMUS, unidade demandante responsável pela gestão, organização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito da rede municipal.

O referido documento foi elaborado pela área técnica competente da Secretaria Municipal de Saúde, considerando as necessidades operacionais relacionadas ao atendimento pré-hospitalar, ao transporte sanitário de pacientes, às remoções simples e eletivas, bem como à ampliação e renovação da frota de veículos destinados ao atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

A demanda apresentada fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas, seguras e eficientes para o deslocamento de pacientes, tanto em situações vinculadas à rede de urgência e emergência quanto em atendimentos de transporte sanitário, remoções intermunicipais, encaminhamentos para consultas, exames, tratamentos, internações e demais serviços de saúde, assegurando a continuidade da assistência e o adequado funcionamento da rede municipal.

Nesse contexto, o objeto definido neste Estudo Técnico Preliminar contempla a aquisição de ambulâncias destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, compreendendo 01



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

(uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas.

Registra-se que a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, encontra-se vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, cujos recursos serão utilizados exclusivamente para custear a aquisição desse item, observada a finalidade aprovada no referido plano.

As 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, por sua vez, integrarão a Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, não havendo obrigação de aquisição imediata pela Administração. Eventual contratação desses itens dependerá de demanda formal da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente.

Dessa forma, os quantitativos e as especificações técnicas ora apresentados refletem as necessidades identificadas pela área demandante, sendo compatíveis com a demanda assistencial do Município, com as características territoriais de Ourém/PA, com a estrutura da rede municipal de saúde e com o planejamento das ações de urgência, emergência e transporte sanitário.

Para fins de caracterização do objeto, consideram-se as seguintes categorias:

- AMBULÂNCIA PADRÃO SAMU 192, FURGÃO TIPO B, PARA SUPORTE BÁSICO DE VIDA
- AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO, TIPO PICK-UP CABINE SIMPLES 4X4

5. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O Plano de Contratações Anual – PCA constitui instrumento de governança e planejamento das contratações públicas, previsto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, destinado a promover a racionalização das contratações, o alinhamento com o planejamento institucional e o adequado dimensionamento das necessidades administrativas.

A presente contratação encontra-se alinhada às atribuições e às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, uma vez que objetiva o fortalecimento da Rede Municipal de Saúde, mediante a ampliação e a renovação da frota destinada ao atendimento pré-hospitalar, ao suporte básico de vida, ao transporte sanitário, às remoções simples e ao deslocamento de pacientes para consultas, exames, tratamentos, internações, transferências e demais serviços assistenciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A demanda compreende:

I – 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida – USB, vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466 e à Emenda Parlamentar nº 202643560002; e

II – 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, que integrarão a Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, condicionada à formalização da necessidade, à disponibilidade orçamentária e financeira, à indicação da correspondente fonte de recursos e à autorização da autoridade competente.

Registra-se que o Plano de Contratações Anual do Município encontra-se em fase de elaboração e consolidação, razão pela qual a presente demanda ainda não foi formalmente incorporada ao referido instrumento. A necessidade, contudo, foi posteriormente identificada e formalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive em razão da disponibilização de recurso vinculado e da necessidade de fortalecimento da estrutura operacional da Rede Municipal de Saúde.

A ausência de previsão inicial no PCA não impede o prosseguimento da contratação, desde que a demanda superveniente esteja devidamente justificada, seja compatível com o planejamento institucional, possua adequada instrução processual e observe a disponibilidade orçamentária e financeira correspondente.

Recomenda-se, portanto, que a presente contratação seja incluída no PCA municipal por ocasião de sua consolidação ou atualização, assegurando-se a compatibilidade entre o planejamento das contratações, os instrumentos orçamentários e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

A utilização do Sistema de Registro de Preços também se mostra compatível com o planejamento administrativo, pois permitirá a contratação do item cuja necessidade e fonte de recursos estejam confirmadas, sem impor à Administração a obrigação de adquirir imediatamente a totalidade dos quantitativos registrados. As futuras contratações decorrentes da ata permanecerão condicionadas à demonstração da necessidade, à disponibilidade de recursos e à regular instrução administrativa.

Dessa forma, conclui-se que a contratação está alinhada às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e do interesse público, devendo ser promovida a correspondente atualização do Plano de Contratações Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

6. DA JUSTIFICATIVA, NECESSIDADE E MOTIVAÇÃO DAS AQUISIÇÕES

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecer a estrutura operacional da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, especialmente no que se refere ao atendimento pré-hospitalar, ao transporte sanitário, às remoções simples e eletivas, bem como ao deslocamento de pacientes que necessitam de acesso a consultas, exames, tratamentos especializados, internações, transferências e demais serviços assistenciais vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS.

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela organização e execução das ações e serviços públicos de saúde no âmbito municipal, cabendo-lhe assegurar condições adequadas para o atendimento da população, inclusive quanto à disponibilidade de veículos apropriados para o transporte de pacientes. Nesse contexto, a existência de ambulâncias em condições adequadas de uso constitui requisito essencial para garantir segurança, continuidade, eficiência e dignidade no atendimento aos usuários da rede pública de saúde.

O Município de Ourém/PA possui demandas permanentes relacionadas ao transporte de pacientes, tanto no perímetro urbano quanto em áreas rurais e localidades de difícil acesso. A realidade territorial do Município, somada à necessidade de deslocamentos intermunicipais para atendimento especializado, reforça a importância de dispor de veículos adequados, adaptados e compatíveis com as diversas modalidades de atendimento em saúde. A insuficiência ou inadequação da frota pode comprometer a continuidade da assistência, ocasionar atrasos em atendimentos, dificultar o acesso da população aos serviços especializados e elevar os custos com manutenção corretiva de veículos antigos ou sobrecarregados.

A contratação contempla 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas. A inclusão desses veículos no planejamento atende a necessidades distintas, porém complementares, da Rede Municipal de Saúde.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, destina-se ao atendimento das demandas da Rede de Urgência e Emergência, especialmente para suporte básico de vida, transporte assistido e atendimento pré-hospitalar, observadas as diretrizes do Ministério da Saúde, da Portaria GM/MS nº 2.048/2002, das normas da ABNT, do CONTRAN, da ANVISA e demais regulamentos aplicáveis. Trata-se de veículo especializado, com estrutura, equipamentos e adaptações indispensáveis à prestação de atendimento adequado em situações que demandam transporte assistencial seguro, ágil e tecnicamente compatível com a finalidade pública pretendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A aquisição da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, possui vinculação com o Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Dilvanda Faro, cujos recursos serão utilizados exclusivamente para custear esse item. Tal aquisição representa investimento estratégico para a renovação e o fortalecimento da frota da saúde, ampliando a capacidade de resposta do Município nas ações de urgência e emergência, bem como contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

As 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, por sua vez, destinam-se ao transporte sanitário de pacientes sem risco de vida aparente, especialmente em deslocamentos eletivos, remoções simples, encaminhamentos para consultas, exames, tratamentos contínuos e transferências entre unidades de saúde. A escolha por veículos tipo pick-up com tração 4x4 decorre da necessidade de atender áreas rurais, vicinais, comunidades afastadas e localidades com condições de tráfego mais complexas, nas quais veículos convencionais podem apresentar limitação de acesso e operação.

A inclusão das ambulâncias de simples remoção na Ata de Registro de Preços tem caráter de planejamento administrativo e não implica contratação imediata ou obrigatória. Esses itens permanecerão registrados para eventual aquisição futura, caso seja formalmente demonstrada a necessidade pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como comprovada a disponibilidade orçamentária, a indicação de fonte de recurso própria ou diversa e a autorização da autoridade competente. Dessa forma, preserva-se a regularidade da execução dos recursos vinculados ao Plano de Ação, que serão utilizados apenas para a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, ao mesmo tempo em que se permite ao Município planejar futuras aquisições necessárias ao fortalecimento da frota da saúde.

A motivação da contratação também decorre da necessidade de reduzir a dependência de veículos inadequados, desgastados ou insuficientes, evitando prejuízos à prestação dos serviços de saúde. A utilização intensiva da frota municipal, especialmente em serviços de transporte de pacientes, tende a gerar elevado desgaste mecânico, aumento de despesas com manutenção corretiva, risco de paralisação de veículos e comprometimento da disponibilidade operacional. A aquisição de ambulâncias novas, devidamente adaptadas e com garantia, contribui para a redução desses riscos, melhora a segurança dos pacientes e profissionais e proporciona maior previsibilidade na execução dos serviços.

Além disso, a disponibilidade de ambulâncias adequadas impacta diretamente na qualidade da assistência à saúde, pois permite maior agilidade nos deslocamentos, melhor organização da logística sanitária, ampliação da cobertura assistencial, redução do tempo de resposta, maior conforto aos pacientes transportados e melhores condições de trabalho às equipes envolvidas. A contratação, portanto, não se



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

limita à renovação patrimonial da frota, mas constitui medida essencial para assegurar a continuidade e a efetividade dos serviços públicos de saúde.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se pertinente, pois permite à Administração registrar os preços e condições de fornecimento de veículos especializados, possibilitando a contratação conforme a necessidade, a disponibilidade de recursos e a conveniência administrativa. No caso concreto, o SRP viabiliza a aquisição inicial do item vinculado ao recurso da Emenda Parlamentar, sem obrigar a contratação imediata dos demais itens registrados, garantindo flexibilidade, planejamento e racionalidade na execução das futuras demandas.

Portanto, a presente aquisição encontra-se devidamente motivada pelo interesse público, pela essencialidade dos serviços de saúde, pela necessidade de fortalecimento da frota municipal, pela melhoria do atendimento à população e pela busca de maior eficiência na prestação dos serviços assistenciais. A contratação mostra-se necessária, adequada e oportuna, sendo compatível com as atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, segurança dos usuários e supremacia do interesse público.

6.1.PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

A problemática a ser resolvida consiste na necessidade de fortalecimento da estrutura de transporte sanitário, remoção de pacientes e atendimento pré-hospitalar da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, diante da demanda contínua por deslocamentos de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, tanto em situações de urgência e emergência quanto em atendimentos eletivos, remoções simples, transferências e encaminhamentos para consultas, exames, tratamentos especializados e internações.

A Secretaria Municipal de Saúde necessita dispor de veículos adequados, seguros, adaptados e tecnicamente compatíveis com as atividades assistenciais executadas pela rede municipal. A ausência, insuficiência ou inadequação de ambulâncias compromete diretamente a eficiência dos serviços de saúde, podendo ocasionar atraso no atendimento, dificuldade de acesso da população aos serviços especializados, sobrecarga da frota existente, aumento de custos com manutenção corretiva e risco de descontinuidade dos serviços públicos essenciais.

No caso específico do Município de Ourém/PA, a problemática é agravada pelas características territoriais e operacionais do atendimento em saúde, que envolve deslocamentos entre unidades municipais, transporte de pacientes para outros municípios, atendimento a comunidades rurais, localidades afastadas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

áreas de acesso mais difícil. Essas condições exigem frota compatível com diferentes realidades de tráfego e assistência, incluindo veículo adequado ao suporte básico de vida e veículos aptos ao transporte sanitário em áreas urbanas e rurais.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca solucionar a limitação operacional da Administração quanto à disponibilidade de ambulâncias apropriadas para garantir atendimento digno, seguro e eficiente à população. Trata-se de medida voltada à proteção da saúde pública, à continuidade da assistência, à melhoria da logística sanitária e ao cumprimento do dever constitucional do Poder Público de assegurar acesso universal e integral às ações e serviços de saúde.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, objeto vinculado ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, atenderá à necessidade de reforço da Rede de Urgência e Emergência, possibilitando transporte assistido e suporte básico de vida em condições técnicas adequadas.

As Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, por sua vez, serão registradas em Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, visando atender, quando houver disponibilidade orçamentária e autorização competente, às demandas de transporte sanitário em locais de difícil acesso, áreas rurais, vicinais e comunidades afastadas, sem gerar obrigação de aquisição imediata pela Administração.

Dessa forma, a problemática central identificada é a necessidade de assegurar capacidade operacional suficiente para o transporte e atendimento de pacientes, evitando prejuízos à continuidade dos serviços de saúde e garantindo maior eficiência, segurança e resolutividade nas ações assistenciais prestadas à população de Ourém/PA.

7. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS

A presente contratação possui natureza de aquisição de bens permanentes, consistentes em veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente adaptados para utilização como ambulâncias, destinados ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA.

Os itens pretendidos classificam-se como materiais permanentes/equipamentos, considerando que possuem durabilidade superior a dois anos, não se destinam ao consumo imediato e serão incorporados ao patrimônio público municipal, passando a integrar a frota da Secretaria Municipal de Saúde para execução de atividades finalísticas relacionadas ao transporte sanitário, atendimento pré-hospitalar, remoções simples e assistência à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Em razão da finalidade pública envolvida, os bens a serem adquiridos não possuem natureza meramente administrativa ou operacional comum, mas sim caráter essencial à prestação dos serviços públicos de saúde. As ambulâncias representam instrumentos indispensáveis à execução das ações de urgência, emergência, remoção e deslocamento de pacientes, impactando diretamente a continuidade, a segurança e a eficiência do atendimento prestado à população.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, possui finalidade específica de atendimento da Rede de Urgência e Emergência, sendo destinada ao transporte assistido de pacientes e ao suporte básico de vida, conforme diretrizes técnicas do Ministério da Saúde, Portaria GM/MS nº 2.048/2002, normas da ABNT, CONTRAN, ANVISA e demais regulamentos aplicáveis. Trata-se de bem permanente especializado, com requisitos técnicos próprios, cuja aquisição será custeada com recursos vinculados ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002.

As Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, também possuem natureza de bens permanentes especializados, voltados ao transporte sanitário de pacientes sem risco de vida aparente, especialmente em remoções simples, deslocamentos eletivos, encaminhamentos para consultas, exames, tratamentos, transferências e atendimento a áreas rurais, vicinais e localidades de difícil acesso. Esses itens integrarão a Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, condicionada à demonstração da necessidade, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente.

A finalidade dos itens justifica a exigência de veículos novos, devidamente adaptados, licenciados, emplacados e aptos à imediata utilização pela Administração, com observância das normas técnicas e sanitárias aplicáveis. Tal exigência decorre da necessidade de assegurar segurança aos pacientes e profissionais, confiabilidade operacional, redução de riscos mecânicos, maior vida útil dos bens e menor probabilidade de paralisação dos serviços públicos de saúde.

Dessa forma, a contratação caracteriza-se como aquisição de bens permanentes especializados para uso finalístico na área da saúde, com relevância direta para a continuidade dos serviços públicos essenciais, devendo a instrução processual observar as normas aplicáveis às contratações públicas, ao Sistema de Registro de Preços, à execução de recursos vinculados e às especificações técnicas próprias de veículos destinados ao transporte e atendimento de pacientes.

7.1.NATUREZA DO OBJETO – BENS COMUNS



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação, consistente na aquisição de ambulâncias destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, compreendendo 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, classifica-se como bem comum de natureza permanente, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A caracterização como bem comum decorre do fato de que os veículos e suas respectivas adaptações possuem padrões técnicos objetivamente definíveis, podendo ser descritos de forma clara e precisa no Termo de Referência, com indicação de requisitos mínimos relacionados ao tipo de veículo, motorização, carroceria, tração, dimensões, equipamentos obrigatórios, sistema elétrico, sinalização acústica e luminosa, estrutura interna, itens assistenciais, condições de segurança e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Embora se trate de veículos especializados para utilização na área da saúde, as especificações necessárias à sua aquisição são padronizáveis e mensuráveis, permitindo comparação objetiva entre as propostas apresentadas. As ambulâncias pretendidas podem ser fornecidas por diversos fabricantes, concessionárias, empresas transformadoras e fornecedores especializados no mercado, o que viabiliza a ampla competitividade e o julgamento objetivo das propostas, conforme critérios previamente definidos pela Administração.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, apesar de possuir requisitos técnicos específicos relacionados ao atendimento pré-hospitalar e ao suporte básico de vida, enquadra-se como bem comum, uma vez que suas características mínimas podem ser definidas com base nas diretrizes do Ministério da Saúde, na Portaria GM/MS nº 2.048/2002, nas normas da ABNT, do CONTRAN, da ANVISA e demais regulamentos aplicáveis.

Da mesma forma, as Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, também se enquadram como bens comuns, pois suas especificações podem ser objetivamente estabelecidas pela Administração, considerando requisitos como tração 4x4, adaptação para transporte sanitário, compartimento adequado ao paciente, sinalização, equipamentos mínimos, capacidade operacional, segurança veicular e atendimento às normas técnicas pertinentes.

No que se refere à natureza patrimonial, os itens enquadram-se como bens permanentes, uma vez que possuem vida útil prolongada, não se destinam ao consumo imediato e serão incorporados ao patrimônio público municipal, passando a integrar a frota da Secretaria Municipal de Saúde para utilização



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

continua nas atividades de transporte sanitário, atendimento pré-hospitalar, remoções simples, deslocamentos eletivos, transferências e demais ações assistenciais.

Ademais, o objeto não envolve solução tecnológica inédita, desenvolvimento exclusivo, customização singular ou prestação de serviço intelectual complexo que inviabilize sua padronização. Trata-se de aquisição de veículos novos, zero quilômetro, devidamente adaptados conforme especificações técnicas previamente estabelecidas, o que reforça sua classificação como bem comum de natureza permanente.

Dessa forma, a contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns permanentes, passível de licitação com julgamento objetivo, observada a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento aos princípios da legalidade, planejamento, isonomia, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades constantes neste Estudo Técnico Preliminar foi elaborada com base no Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, unidade demandante responsável pela identificação da necessidade, definição preliminar do objeto e indicação dos quantitativos necessários ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde.

Conforme registrado no DFD, a demanda contempla a aquisição de 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, destinadas ao transporte de pacientes e ao atendimento das demandas da rede de urgência, emergência e assistência à saúde do Município de Ourém/PA.

A estimativa quantitativa foi definida a partir da necessidade operacional apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando a ampliação e renovação da frota utilizada nos serviços de urgência, emergência, transporte sanitário, remoções simples, deslocamentos eletivos, encaminhamentos para consultas, exames, tratamentos especializados, internações e transferências entre unidades de saúde municipais, regionais e estaduais.

Para a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, foi estimada a quantidade de 01 (uma) unidade, em razão da vinculação do item ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, destinada ao fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência do Município. Trata-se do item cuja aquisição possui previsão de custeio com recurso vinculado, devendo ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

priorizado na contratação, observada a disponibilidade financeira e a finalidade aprovada no referido Plano de Ação.

Quanto às Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, foi estimada a quantidade de 02 (duas) unidades, considerando a necessidade de reforço da estrutura de transporte sanitário eletivo e de remoções de pacientes, especialmente diante das características territoriais do Município de Ourém/PA, que possui áreas urbanas, rurais, vicinais, comunidades afastadas e localidades de difícil acesso.

A previsão de 02 (duas) unidades tipo pick-up 4x4 busca permitir maior cobertura assistencial, melhor distribuição operacional dos veículos, redução da sobrecarga da frota existente e maior segurança no deslocamento de pacientes, especialmente em trajetos que exigem veículos com maior capacidade de circulação em estradas não pavimentadas ou em condições adversas.

Ressalta-se que, por se tratar de procedimento a ser realizado por Sistema de Registro de Preços, a estimativa das quantidades não implica obrigação de contratação integral e imediata de todos os itens registrados. A Administração poderá contratar inicialmente o item vinculado ao recurso disponível do Plano de Ação, qual seja, a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, permanecendo as Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, registradas em ata para eventual contratação futura.

Eventual aquisição das 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção dependerá de solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde, demonstração da permanência da necessidade, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente, não havendo utilização automática dos recursos da Emenda Parlamentar para esses itens.

Assim, os quantitativos estimados mostram-se compatíveis com a demanda formalizada pela unidade requisitante, com a finalidade pública pretendida, com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e com a sistemática do Registro de Preços, permitindo à Administração atender à necessidade imediata vinculada ao recurso disponível e, ao mesmo tempo, manter preços registrados para futuras demandas de transporte sanitário.

8.1. Da dimensão territorial do município e da rede municipal de saúde

O Município de Ourém/PA possui extensão territorial significativa, com área de aproximadamente 561,71 km², população estimada em 18.783 habitantes e população de 17.855 pessoas no último Censo Demográfico, apresentando densidade demográfica de 31,79 habitantes por km². Tais características demonstram a existência de uma população distribuída em área territorial ampla, com demandas de deslocamento entre zona urbana, zona rural, comunidades, vilas e localidades de acesso variável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Essa realidade territorial impacta diretamente a organização da política municipal de saúde, especialmente quanto à necessidade de transporte sanitário, remoções simples, atendimento pré-hospitalar, deslocamento de pacientes para unidades de referência, realização de consultas, exames, tratamentos, internações e transferências. A extensão territorial, associada à existência de unidades de saúde distribuídas em diferentes pontos do Município, reforça a necessidade de frota adequada, segura e compatível com as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Conforme informações disponíveis na página oficial de Unidades de Saúde do Município de Ourém/PA, a rede municipal conta com 22 registros de unidades, serviços e estruturas vinculadas à saúde, distribuídas entre hospital, unidades de saúde da família, serviço móvel de urgência, centros de atendimento, laboratórios, farmácia, regulação, vigilância e demais serviços de apoio assistencial.

A rede municipal de saúde identificada compreende as seguintes unidades e serviços:

Nº	Unidade/Serviço de Saúde	Localização informada
1	Central de Abastecimento Farmacêutico de Ourém	Rua Luiz de Moura – Centro
2	Central de Regulação de Ourém	Travessa Cipriano Santos – Centro
3	Centro de Atenção Psicossocial de Ourém	Rua Lauro Sodré – Cruzeiro
4	Centro de Fisioterapia de Ourém	Rua Luiz e Moura – Centro
5	CLIMEFO	Rua Felipe Nery – Porão
6	CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento de Ourém	Rua Cipriano Santos – Centro
7	Equipe Multiprofissional eMulti	Travessa Cipriano Santos – Centro
8	Hospital Municipal Luiz Carlos de Sousa	Rua Luiz de Moura – Centro
9	Laboratório Citopatológico Roberta Simoa	Hermenegildo Alves – Souza
10	Laboratório de Prótese Dentária de Ourém	Travessa Tembés – Centro
11	Laboratório Nossa Senhora da Conceição	Tembés – Terminal
12	Secretaria Municipal de Saúde de Ourém	Travessa Cipriano Santos – Centro
13	Unidade de Saúde da Família Antonia Miranda dos Santos	Vila do Rio Grande – Rio Grande
14	Unidade de Saúde da Família Antonio Almir Aires	Travessa Tembés – Centro
15	Unidade de Saúde da Família Miguel Ferreira Rosa	Vila do Puraquequarinha – Puraquequarinha
16	Unidade de Saúde da Família Paula de Jesus Saavedra	Vila do Tupinambá – Vila
17	Unidade de Saúde da Família Raimunda Moreira do Nascimento	Travessa Cipriano Santos – Centro
18	Unidade de Saúde da Família Rogerdson Raimundo Barros	PA-124 – Zona Rural
19	Unidade de Saúde da Família Rubens Norberto Soares	Rua Hermenegildo Alves – Dom Elizeu
20	Unidade de Saúde da Família Simão Thadeu de Jesus	Rua Padre Ângelo Moreti – Souza Pantanal
21	Unidade de Vigilância em Saúde de Ourém	Travessa Cipriano Santos – Centro
22	USB 317 – Unidade de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	Rua Luiz de Moura – Centro



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A existência de hospital municipal, unidades de saúde da família em diferentes localidades, serviço móvel de urgência, unidades de apoio diagnóstico, regulação, vigilância e serviços especializados evidencia que a Secretaria Municipal de Saúde necessita de estrutura logística adequada para assegurar o deslocamento seguro de pacientes e equipes, bem como a integração entre os pontos de atenção da rede.

Nesse contexto, a aquisição da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, e o registro de preços das Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, mostram-se compatíveis com a dimensão territorial do Município e com a organização da rede municipal de saúde. A medida contribui para ampliar a capacidade de resposta da Administração, fortalecer o transporte sanitário, atender áreas urbanas e rurais, reduzir riscos de descontinuidade assistencial e garantir maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde à população de Ourém/PA.

9. COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO

Neste tópico serão apresentadas as composições essenciais da solução proposta para atendimento da necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, considerando a natureza do objeto, a finalidade pública pretendida e a forma mais adequada para viabilizar a contratação.

A análise compreenderá a definição das especificações técnicas mínimas dos itens a serem registrados, a escolha da modalidade e do procedimento de contratação, a justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços, bem como as exigências necessárias à adequada execução do objeto, incluindo requisitos de qualidade, garantia, assistência técnica, documentação, entrega, recebimento, adaptação veicular, conformidade normativa e demais condições indispensáveis à segurança e à eficiência da contratação.

Dessa forma, busca-se estruturar solução compatível com as demandas da Rede Municipal de Saúde, assegurando que os veículos a serem adquiridos ou eventualmente contratados atendam às normas técnicas aplicáveis, às diretrizes do Ministério da Saúde, às exigências do CONTRAN, da ABNT, da ANVISA e aos princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, eficiência, economicidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.1.ESPECIFICAÇÕES MINIMAS PARA OS ITENS SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO:

As especificações mínimas dos itens selecionados para esta contratação foram definidas com base no Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, nas especificações técnicas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde para a Ambulância



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, bem como nas normas técnicas e regulamentares aplicáveis à fabricação, adaptação, circulação e utilização de veículos destinados ao transporte e assistência de pacientes.

Considerando que o presente Estudo Técnico Preliminar possui natureza de planejamento, as especificações abaixo apresentam os requisitos essenciais dos itens, devendo o Termo de Referência detalhar integralmente as características técnicas, equipamentos, acessórios, condições de entrega, documentação, garantia, assistência técnica e demais exigências necessárias à adequada execução do objeto.

A contratação contempla os seguintes itens:

Item	Descrição resumida	Quantidade	Unidade	Finalidade
1	Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida – USB	1	Unidade	Atendimento pré-hospitalar, suporte básico de vida e fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência
2	Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptada	2	Unidade	Transporte sanitário, remoções simples, deslocamentos eletivos e atendimento em áreas rurais ou de difícil acesso

9.1.1. Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida – USB

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, deverá consistir em veículo novo, zero quilômetro, tipo furgão, com carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, devidamente adaptado para transporte e assistência ao paciente no âmbito da Rede de Urgência e Emergência, destinado à execução de atividades de Suporte Básico de Vida.

O veículo deverá observar, no mínimo, as especificações técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, bem como as disposições da Portaria GM/MS nº 2.048/2002, normas da ABNT, especialmente a NBR 14561, normas do CONTRAN, Código de Trânsito Brasileiro, ANVISA e demais regulamentos aplicáveis.

Deverá possuir, no mínimo, as seguintes características gerais:

- a. Veículo tipo furgão, longo, teto alto, zero quilômetro, de fabricação do ano da assinatura do contrato ou do ano subsequente;
- b. Carroceria em aço, original de fábrica, com porta lateral deslizante e portas traseiras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- c. Capacidade volumétrica mínima compatível com ambulância de suporte básico de vida, não inferior a 10 m³;
- d. Motorização diesel, com potência mínima, torque, cilindrada e sistema de alimentação compatíveis com as exigências técnicas do ministério da saúde;
- e. Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica, original de fábrica;
- f. Transmissão com, no mínimo, 5 marchas à frente e 1 marcha à ré;
- g. Freios abs nas quatro rodas, corretor de frenagem, controle antiderrapagem, controle de estabilidade eletrônico e sistema de auxílio em arrancadas em subida, quando aplicável;
- h. Air-bag para os ocupantes da cabine;
- i. Ar-condicionado, ventilação e climatização adequados para cabine e salão de atendimento;
- j. Compartimento do paciente com revestimento interno lavável, resistente à higienização, isolamento termoacústico e materiais que atendam aos requisitos de segurança, assepsia e não proliferação de microrganismos;
- k. Sistema elétrico dimensionado para atendimento simultâneo dos equipamentos do veículo e do salão de atendimento, com bateria auxiliar, alternador compatível, carregador flutuador, inversor de corrente, tomadas internas, tomada externa de captação de energia e dispositivos de proteção;
- l. Iluminação interna e externa compatível com a finalidade assistencial, incluindo luminárias no salão de atendimento, iluminação direcionada à maca e iluminação externa de apoio;
- m. Sinalização acústica e luminosa de emergência, incluindo barra sinalizadora, sinalizadores frontais, laterais e traseiros, sirene, megafone e controles independentes, observadas as normas técnicas pertinentes;
- n. Sistema fixo e portátil de oxigênio, com cilindros, válvulas, fluxômetros, umidificadores, aspirador, mangueiras, régua de oxigênio e demais componentes necessários ao atendimento;
- o. Mobiliário interno, armários, bancada, bancos, corrimãos, balaústres, suportes, compartimentos e demais estruturas necessárias ao acondicionamento seguro dos equipamentos e materiais;
- p. Maca biarticulada ou retrátil, com sistema de ancoragem e travamento, colchonete, cintos de segurança e demais acessórios, observadas as normas técnicas aplicáveis;
- q. Cadeira de rodas, prancha de resgate, equipamentos assistenciais mínimos, extintores, cones de segurança, lanterna portátil e demais acessórios exigidos no descritivo técnico;
- r. Grafismo, identificação visual e padronização externa compatíveis com a finalidade do veículo, observadas as diretrizes do ministério da saúde e as orientações da administração;
- s. Entrega com documentação completa, manuais, certificados, laudos, licenciamento, emplacamento e demais documentos necessários à imediata utilização pela administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, será o item vinculado ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, cujo recurso será utilizado exclusivamente para custeio desta aquisição, observadas as regras aplicáveis à execução de recursos vinculados.



Imagem meramente ilustrativa – Gerada por inteligência artificial



Imagem meramente ilustrativa – Gerada por inteligência artificial

9.1.2. Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, deverá consistir em veículo novo, zero quilômetro, com tração 4x4, devidamente adaptado para transporte sanitário de pacientes sem risco de vida aparente, destinado a remoções simples, deslocamentos eletivos, transporte de pacientes para consultas, exames, tratamentos, internações, transferências entre unidades de saúde e atendimento em áreas rurais, vicinais e localidades de difícil acesso.

O veículo deverá observar, no mínimo, as normas da ABNT, especialmente a NBR 14561 no que couber, as normas do CONTRAN, Código de Trânsito Brasileiro, ANVISA, Ministério da Saúde e demais regulamentos aplicáveis ao transporte sanitário.

Deverá possuir, no mínimo, as seguintes características gerais:

- a.** Veículo tipo pick-up, cabine simples, novo, zero quilômetro, com tração 4x4;
- b.** Modelo do ano da contratação ou do ano posterior;
- c.** Air-bag para os ocupantes da cabine;
- d.** Freios abs nas quatro rodas e demais equipamentos obrigatórios de segurança exigidos pelo contran;
- e.** Motor com potência mínima compatível com a finalidade do veículo, observada a exigência mínima de 100 cv;
- f.** Capacidade mínima de carga de 1.000 kg;
- g.** Snorkel para captação do ar de admissão do motor e diferencial, quando aplicável à configuração do veículo;
- h.** Adaptação para ambulância de simples remoção, implementada com baú de alumínio ou estrutura equivalente, com portas traseiras e compartimento adequado ao transporte sanitário;
- i.** Capacidade volumétrica mínima do compartimento adaptado não inferior a 5,5 m³;
- j.** Sistema elétrico original do veículo, com montagem de bateria adicional mínima de 100a;
- k.** Alternador com capacidade compatível, não sendo admitido alternador inferior a 120a;
- l.** Inversor de corrente contínua para alternada, com capacidade mínima de 1.000w de potência máxima contínua, com onda senoidal pura;
- m.** Painel elétrico interno com tomadas, interruptores, iluminação natural e artificial e demais componentes necessários ao funcionamento dos equipamentos;
- n.** Sinalização acústica e luminosa de emergência, com sinalizadores frontais e traseiros, sirene, megafone e laudos de conformidade quando exigíveis;
- o.** Sistema fixo de oxigênio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- p.** Ventilação e climatização do compartimento do motorista e do compartimento do paciente, com ar-condicionado compatível com a finalidade do veículo;
- q.** Compartimento do paciente com maca retrátil ou biarticulada, colchonete, banco lateral escamoteável, cadeira do profissional de saúde, armário, bancada, pega-mão ou balaústre, revestimentos laváveis e estrutura interna compatível com a segurança do transporte;
- r.** Maca com comprimento mínimo de 1.800 mm, sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e sistema de fixação adequado;
- s.** Apresentação de autorização de funcionamento de empresa – afe do fabricante, quando aplicável, bem como registro ou cadastramento dos produtos junto à anvisa, nos casos exigidos pela legislação;
- t.** Garantia mínima de 36 meses para a adaptação e equipamentos, sem prejuízo da garantia do veículo conforme fabricante;
- u.** Ensaaios, laudos e comprovações de atendimento às normas abnt nbr 14561/2000, amd standard 004 e demais normas técnicas aplicáveis, quando exigíveis;
- v.** Grafismo externo com identificação de ambulância, símbolos do sus, cruz da vida e demais elementos definidos pela administração.

As Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, integrarão a Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, não havendo obrigação de aquisição imediata pela Administração. Eventual contratação dependerá de solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO



Imagem meramente ilustrativa – Gerada por inteligência artificial



Imagem meramente ilustrativa – Gerada por inteligência artificial

9.1.3. Requisitos comuns aos itens

Todos os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, devidamente licenciados, emplacados, adaptados, equipados e aptos à imediata utilização pela Administração Pública Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Os itens deverão estar acompanhados de manuais, certificados de garantia, documentos fiscais, laudos, registros, declarações, catálogos técnicos e demais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários à comprovação da conformidade técnica, sanitária, veicular e assistencial.

As adaptações deverão ser executadas por empresa habilitada e compatível com a natureza do objeto, observadas as normas técnicas aplicáveis, a segurança dos pacientes e profissionais, a durabilidade dos materiais, a facilidade de higienização, a acessibilidade operacional, a resistência estrutural e a adequada integração entre veículo, equipamentos e compartimento assistencial.

As especificações detalhadas, quantitativos, condições de entrega, documentação, prazos, critérios de aceitação, forma de recebimento, garantia, assistência técnica e obrigações da contratada serão definidas no Termo de Referência, observando-se as exigências mínimas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e nos documentos técnicos que instruem o processo.

9.2. NORMAS TÉCNICAS, CERTIFICAÇÕES E REGISTROS EXIGIDOS

Para fins de garantia da qualidade, segurança, conformidade legal e adequada utilização dos veículos no âmbito do serviço público de saúde, a presente contratação deverá observar as normas técnicas, certificações, registros e documentos aplicáveis à fabricação, adaptação, regularização, circulação e utilização de ambulâncias destinadas ao atendimento pré-hospitalar, suporte básico de vida, transporte sanitário e remoção de pacientes.

As ambulâncias objeto da contratação deverão atender às disposições da Portaria GM/MS nº 2.048/2002, do Ministério da Saúde, no que couber, especialmente quanto à classificação, estrutura, equipamentos mínimos, condições de uso e requisitos aplicáveis aos veículos destinados ao transporte e assistência de pacientes.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para esse tipo de unidade móvel, bem como as exigências previstas nas normas técnicas pertinentes, considerando sua finalidade de atendimento da Rede de Urgência e Emergência e transporte assistido de pacientes.

As Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, deverão observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao transporte sanitário de pacientes sem risco de vida aparente, devendo ser devidamente adaptadas para a finalidade de remoção simples, deslocamentos eletivos, transporte intermunicipal e atendimento em áreas rurais ou de difícil acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No que se refere à regularização veicular, todos os veículos deverão atender integralmente às exigências do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, e demais normas de trânsito aplicáveis, especialmente quanto à categoria do veículo, alteração de característica para ambulância, registro, licenciamento, emplacamento, equipamentos obrigatórios, sinalização e regularização junto aos órgãos competentes, inclusive quanto à Base Índice Nacional – BIN, quando aplicável.

As adaptações veiculares deverão ser realizadas por empresa especializada e tecnicamente habilitada, devendo ser comprovada a conformidade das modificações estruturais, elétricas, funcionais e assistenciais com os padrões de segurança, qualidade e desempenho exigidos para veículos de transporte sanitário e ambulâncias. As alterações deverão preservar a segurança veicular, a estabilidade, a capacidade operacional, a integridade estrutural e a finalidade assistencial do veículo.

Os veículos e suas adaptações deverão observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente a ABNT NBR 14561, no que couber, bem como demais normas correlatas aplicáveis aos veículos de atendimento a emergências, transporte de pacientes, equipamentos embarcados, sistemas de fixação, maca, ancoragem, mobiliário, revestimentos internos, instalações elétricas, sistema de oxigênio, ventilação e segurança dos ocupantes.

Os equipamentos instalados nas ambulâncias, especialmente os sistemas de sinalização acústica e luminosa de emergência, deverão atender às normas técnicas reconhecidas, incluindo, quando exigível, normas da Society of Automotive Engineers – SAE, tais como SAE J575, SAE J595, SAE J845, SAE J578 e SAE J1849, ou normas equivalentes posteriores, no que se refere aos ensaios de desempenho, resistência, luminosidade, fotometria, vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e eficiência operacional.

Os equipamentos assistenciais, materiais médicos, maca, prancha, cadeira de rodas, sistema de oxigênio, aspiradores, desfibriladores, oxímetros e demais itens sujeitos à regulação sanitária deverão possuir, quando aplicável, registro, cadastro, regularização ou autorização perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE do fabricante ou fornecedor, nos casos exigidos pela legislação sanitária vigente.

Os materiais empregados no revestimento interno, mobiliário, piso, paredes, armários, bancos e demais superfícies do compartimento assistencial deverão ser resistentes, laváveis, impermeáveis, de fácil higienização e compatíveis com os processos de limpeza e desinfecção utilizados em ambientes de saúde, visando reduzir riscos de contaminação, preservar a segurança sanitária e assegurar condições adequadas de uso para pacientes e equipes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Deverão ser apresentados, quando exigidos no Termo de Referência, laudos, certificados, declarações de conformidade, catálogos técnicos, manuais, registros, autorizações, ensaios laboratoriais, comprovações de atendimento às normas técnicas e demais documentos necessários à verificação da conformidade dos veículos, adaptações, equipamentos e acessórios ofertados.

Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, devidamente licenciados, emplacados, regularizados, identificados como ambulância, acompanhados de documentação fiscal, manual do fabricante, manual dos equipamentos, certificados de garantia, documentos de adaptação, laudos exigíveis e demais documentos necessários à sua imediata utilização pela Administração Pública Municipal.

A contratada deverá assegurar garantia mínima dos veículos, adaptações e equipamentos, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legais e das garantias oferecidas pelos fabricantes. Também deverá comprovar a existência de assistência técnica autorizada ou rede de atendimento apta a prestar suporte durante o período de garantia, assegurando manutenção, reparos, reposição de peças e atendimento adequado em caso de falhas ou defeitos.

As exigências de normas técnicas, certificações, registros e documentos de conformidade deverão ser previstas de forma objetiva no Termo de Referência, observando a pertinência com o objeto, a proporcionalidade, a competitividade e a necessidade de garantir segurança, qualidade, durabilidade, funcionalidade e adequada utilização dos veículos no serviço público de saúde.

Dessa forma, as exigências técnicas e documentais estabelecidas visam assegurar que os veículos registrados e eventualmente adquiridos atendam integralmente às normas legais, sanitárias, veiculares e técnicas aplicáveis, garantindo segurança aos pacientes e profissionais, eficiência operacional, regularidade da contratação e qualidade na prestação dos serviços públicos de saúde, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, segurança e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A análise do ciclo de vida do objeto tem por finalidade avaliar, de forma ampla, os custos, impactos, exigências operacionais e responsabilidades associadas aos veículos pretendidos, desde a fase de aquisição até sua utilização, manutenção, conservação, eventual substituição e destinação final. Tal análise permite que a Administração Pública considere não apenas o preço inicial de aquisição, mas também os fatores que influenciam a durabilidade, a eficiência, a segurança e a economicidade dos bens ao longo de sua vida útil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No caso da presente contratação, o objeto consiste na aquisição de ambulâncias novas, zero quilômetro, devidamente adaptadas para utilização na Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, compreendendo 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, a serem registradas em Ata de Registro de Preços.

Por se tratar de veículos automotores especializados, destinados ao atendimento pré-hospitalar, transporte sanitário e remoção de pacientes, a análise do ciclo de vida deve considerar elementos como qualidade do veículo base, adequação das adaptações, disponibilidade de assistência técnica, consumo de combustível, custo de manutenção preventiva e corretiva, durabilidade dos equipamentos embarcados, facilidade de higienização, segurança dos pacientes e profissionais, conformidade normativa e vida útil estimada.

A exigência de veículos novos, zero quilômetro, mostra-se adequada sob a perspectiva do ciclo de vida, pois reduz o risco de falhas mecânicas prematuras, diminui a necessidade de manutenção corretiva inicial, amplia a vida útil dos bens, assegura maior disponibilidade operacional e permite à Administração usufruir integralmente das garantias do fabricante, da empresa adaptadora e dos equipamentos instalados.

A aquisição de ambulâncias devidamente adaptadas também contribui para a eficiência do ciclo de vida do objeto, uma vez que veículos adaptados conforme normas técnicas tendem a apresentar melhor desempenho operacional, maior segurança no transporte de pacientes, melhor organização interna, maior resistência dos materiais e menor risco de inadequações que possam comprometer a utilização do bem ou gerar custos adicionais à Administração.

A seguir, apresenta-se a análise resumida das principais fases do ciclo de vida do objeto:

Fase do ciclo de vida	Aspectos analisados	Impactos para a Administração	Medidas recomendadas
Planejamento da contratação	Definição da necessidade, quantitativos, especificações mínimas, fonte de recurso, adoção do Sistema de Registro de Preços e análise da demanda da Secretaria Municipal de Saúde	Reduz risco de contratação incompatível, evita aquisição desnecessária e melhora a aplicação dos recursos públicos	Manter vinculação clara da Ambulância Tipo B ao Plano de Ação e registrar as pick-ups apenas para eventual contratação futura
Aquisição	Compra de veículos novos, zero quilômetro, adaptados e equipados conforme normas técnicas	Garante maior vida útil, menor custo inicial de manutenção e maior segurança operacional	Exigir documentação técnica, garantia, emplacamento, licenciamento, regularização e conformidade normativa
Adaptação veicular	Transformação do veículo em ambulância, instalação de baú, maca, sistema de oxigênio, sinalização, sistema elétrico, mobiliário, revestimentos e demais equipamentos	Impacta diretamente a segurança, durabilidade, funcionalidade e aceitação do objeto	Exigir empresa especializada, laudos, certificações, materiais laváveis, sistema elétrico adequado e atendimento às normas da ABNT, CONTRAN, ANVISA e Ministério da Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Entrega e recebimento	Conferência física, documental, técnica e operacional dos veículos	Evita recebimento de veículo em desacordo com o edital/TR	Realizar recebimento provisório e definitivo, com checklist técnico, conferência de laudos, manuais, notas fiscais, garantia, emplacamento e funcionamento dos equipamentos
Operação	Utilização diária em atendimento pré-hospitalar, transporte sanitário, remoções, deslocamentos eletivos e atendimento a áreas urbanas e rurais	Exige confiabilidade, disponibilidade, segurança, conforto e baixo índice de paralisação	Capacitar condutores/equipes, controlar uso, quilometragem, abastecimento, manutenção e ocorrência de falhas
Manutenção preventiva	Revisões periódicas, troca de óleo, filtros, pneus, freios, sistema elétrico, ar-condicionado, sinalização e equipamentos embarcados	Reduz risco de panes, aumenta a vida útil e evita custos maiores com manutenção corretiva	Cumprir plano de manutenção do fabricante e manter controle por veículo, com registro de revisões e intervenções
Manutenção corretiva	Reparos decorrentes de desgaste, falhas mecânicas, elétricas, estruturais ou nos equipamentos de adaptação	Pode gerar paralisação do serviço e aumento de custos	Exigir garantia mínima, assistência técnica autorizada e disponibilidade de peças e suporte
Higienização e conservação	Limpeza interna, desinfecção do compartimento do paciente, conservação de revestimentos, bancos, maca, equipamentos e superfícies	Impacta diretamente a segurança sanitária de pacientes e profissionais	Exigir materiais laváveis, impermeáveis, resistentes à assepsia e orientar rotinas de limpeza após os atendimentos
Vida útil e depreciação	Desgaste natural do veículo e dos equipamentos ao longo do tempo	Influencia custos futuros de substituição e renovação da frota	Planejar renovação periódica da frota e controlar indicadores de custo por quilômetro, manutenção e disponibilidade
Destinação final	Alienação, baixa patrimonial, substituição ou descarte de equipamentos ao fim da vida útil	Evita manutenção antieconômica e permite renovação planejada	Avaliar economicidade da manutenção, estado de conservação, vida útil remanescente e normas patrimoniais aplicáveis

A análise demonstra que a escolha por veículos novos e adequadamente adaptados representa solução mais vantajosa para a Administração, considerando a essencialidade dos serviços de saúde e a necessidade de assegurar maior disponibilidade operacional. Veículos usados ou inadequadamente adaptados poderiam apresentar maior risco de falhas, menor vida útil, ausência de garantia, custos elevados de manutenção e maior probabilidade de interrupção dos serviços de transporte sanitário e urgência.

No caso da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, a análise do ciclo de vida assume relevância ainda maior, pois se trata de veículo destinado ao suporte básico de vida, com equipamentos assistenciais, sistema elétrico dimensionado, sistema de oxigênio, climatização, sinalização acústica e luminosa, maca, mobiliário interno e demais componentes indispensáveis à prestação do atendimento pré-hospitalar. A inadequação de qualquer desses elementos pode comprometer a segurança do paciente, a atuação da equipe e a regularidade do serviço.

Em relação às Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, a análise do ciclo de vida também justifica a exigência de veículos robustos, com tração 4x4 e adaptação adequada, considerando a necessidade de circulação em áreas rurais, vicinais, comunidades afastadas e localidades de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

difícil acesso. Nesses casos, a resistência do conjunto veicular, a capacidade de carga, a qualidade da adaptação, o sistema de climatização e a facilidade de manutenção são fatores decisivos para a boa execução do transporte sanitário.

Também se verifica que o custo de aquisição não é o único fator relevante para a definição da solução. Devem ser considerados os custos posteriores com combustível, manutenção, pneus, peças, revisões, seguro, higienização, substituição de equipamentos, treinamento de operadores e eventual indisponibilidade do veículo. Por essa razão, a contratação deve priorizar bens que apresentem boa durabilidade, assistência técnica acessível, garantia compatível, disponibilidade de peças e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Sob a perspectiva da sustentabilidade e da eficiência administrativa, a contratação de veículos novos e em conformidade com os padrões de emissão, segurança e desempenho vigentes também contribui para a redução de impactos ambientais e operacionais, na medida em que veículos modernos tendem a apresentar melhor eficiência energética, menor emissão de poluentes em comparação com veículos antigos e menor necessidade de intervenções corretivas.

Dessa forma, a análise do ciclo de vida do objeto evidencia que a solução proposta é compatível com o interesse público, pois considera não apenas a aquisição inicial, mas também os custos e benefícios decorrentes da utilização dos veículos ao longo do tempo. A adequada definição das especificações, a exigência de garantia, a comprovação de assistência técnica, a observância das normas técnicas e a adoção de rotinas de manutenção e fiscalização são medidas essenciais para assegurar a economicidade, a eficiência e a continuidade dos serviços públicos de saúde.

9.4.DA OPÇÃO PELA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO E DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

A definição da solução mais vantajosa para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA considerou a análise comparativa entre as alternativas de aquisição e locação de ambulâncias, sob os aspectos técnico, operacional, econômico, patrimonial e de continuidade do serviço público, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Após avaliação das características do objeto e das necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, concluiu-se que a aquisição das ambulâncias se mostra mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, especialmente por se tratar de bens permanentes essenciais à prestação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

serviços públicos de saúde, com utilização contínua, estratégica e diretamente vinculada ao atendimento da população.

A solução proposta contempla a aquisição de 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, bem como o registro de preços de 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, destinadas ao transporte sanitário e às remoções de pacientes. A Ambulância Tipo B será custeada com recursos vinculados ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, enquanto as ambulâncias tipo pick-up 4x4 permanecerão registradas em ata para eventual contratação futura, condicionada à disponibilidade orçamentária e autorização competente.

A aquisição promove a valorização do patrimônio público municipal, uma vez que os veículos adquiridos passarão a integrar o acervo de bens permanentes do Município de Ourém/PA, ampliando de forma concreta, estruturante e duradoura a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Saúde. Diferentemente da locação, na qual os valores pagos não resultam na incorporação de ativo ao patrimônio público, a aquisição permite que os recursos aplicados gerem bens próprios, disponíveis à Administração durante toda a sua vida útil.

Sob a perspectiva patrimonial, a aquisição representa investimento público com retorno institucional contínuo, pois os veículos permanecerão à disposição do Município para utilização nas ações de saúde, transporte sanitário, urgência, emergência, remoções simples, deslocamentos eletivos e atendimento a localidades urbanas e rurais. Assim, além de atender à necessidade imediata da rede municipal de saúde, a contratação contribui para a formação e o fortalecimento da frota própria municipal.

A incorporação das ambulâncias ao patrimônio municipal também favorece a autonomia administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo que os veículos sejam utilizados conforme a realidade operacional do Município, sem limitações típicas de contratos de locação, como restrições de quilometragem, disponibilidade condicionada, regras de substituição, limitação de uso em áreas de difícil acesso ou dependência permanente de terceiros para atendimento das demandas públicas.

Sob o aspecto da durabilidade, as ambulâncias são bens com vida útil prolongada, especialmente quando novas, zero quilômetro, devidamente adaptadas e submetidas a rotinas adequadas de manutenção preventiva e conservação. A aquisição permite diluir o custo do investimento ao longo do tempo, maximizando o aproveitamento do recurso público empregado e reduzindo a necessidade de contratações sucessivas de locação para a mesma finalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No que se refere à economicidade, embora a locação possa aparentar menor desembolso inicial, sua continuidade por períodos prolongados tende a gerar custos acumulados elevados, sem correspondente acréscimo ao patrimônio municipal. Na aquisição, após o investimento inicial, os custos passam a se concentrar na operação, abastecimento, manutenção preventiva, manutenção corretiva e conservação dos bens, despesas que podem ser planejadas, controladas e acompanhadas pela Administração.

Além disso, a aquisição confere maior estabilidade à prestação dos serviços públicos de saúde. A dependência de contratos de locação pode expor o Município a riscos de descontinuidade em caso de encerramento contratual, inadimplemento da contratada, indisponibilidade de veículos substitutos, dificuldades de renovação contratual ou restrições operacionais impostas pelo locador. Com frota própria, a Administração reduz tais vulnerabilidades e assegura maior previsibilidade na execução dos serviços essenciais.

A opção pela aquisição também se mostra compatível com a natureza dos recursos vinculados ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, destinados à aquisição de unidade móvel de saúde. A aplicação desses recursos em bem permanente mostra-se mais aderente à finalidade de investimento, pois resulta na ampliação estrutural da capacidade de atendimento do Município, gerando benefício duradouro à população.

No caso específico da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, a aquisição é ainda mais adequada por se tratar de veículo especializado, destinado ao atendimento pré-hospitalar e ao suporte básico de vida, com equipamentos, adaptações e requisitos técnicos próprios. A incorporação desse bem ao patrimônio municipal fortalece a Rede de Urgência e Emergência e melhora a capacidade de resposta da Secretaria Municipal de Saúde.

Quanto às Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, a formação da Ata de Registro de Preços permite que o Município planeje futura ampliação da frota própria, sem obrigação de contratação imediata. Caso venham a ser adquiridas, tais unidades também passarão a compor o patrimônio público municipal, contribuindo para o atendimento em áreas rurais, vicinais e localidades de difícil acesso, onde a tração 4x4 se mostra relevante para a continuidade do transporte sanitário.

Considerando a análise do ciclo de vida do objeto, verifica-se que a aquisição apresenta maior vantajosidade global, pois possibilita melhor controle sobre uso, manutenção, conservação, disponibilidade, durabilidade, substituição e destinação futura dos veículos. Também permite melhor planejamento patrimonial, controle da frota, redução da dependência de terceiros e maior aderência às necessidades reais da rede municipal de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, conclui-se que a aquisição das ambulâncias é a solução mais adequada, eficiente e vantajosa em relação à locação, por promover a valorização do patrimônio municipal, garantir maior autonomia administrativa, assegurar continuidade aos serviços públicos de saúde, proporcionar melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do tempo e fortalecer de maneira permanente a estrutura operacional da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público.

9.5.RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS

Considerando a natureza do objeto e sua finalidade no âmbito da política pública de saúde, recomenda-se que a utilização das ambulâncias seja realizada de forma planejada, controlada e alinhada às diretrizes operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, de modo a assegurar a máxima eficiência, segurança, durabilidade dos bens e preservação do patrimônio público municipal.

Os veículos objeto da presente contratação deverão ser destinados exclusivamente às finalidades públicas de saúde, observadas suas respectivas características técnicas e operacionais. A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, deverá ser utilizada prioritariamente nas ações vinculadas à Rede de Urgência e Emergência, atendimento pré-hospitalar, transporte assistido e suporte básico de vida, em conformidade com sua classificação técnica e com as diretrizes do Ministério da Saúde.

As Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, quando eventualmente contratadas a partir da Ata de Registro de Preços, deverão ser destinadas ao transporte sanitário de pacientes sem risco de vida aparente, compreendendo remoções simples, deslocamentos eletivos, transporte para consultas, exames, procedimentos especializados, internações, transferências intermunicipais e atendimento a áreas rurais, vicinais e localidades de difícil acesso, evitando-se sua utilização em situações que demandem ambulância de maior complexidade.

Recomenda-se a implementação de controle rigoroso de utilização da frota, com registro mínimo de data e horário de saída e retorno, destino, finalidade do deslocamento, paciente ou demanda atendida quando cabível, quilometragem inicial e final, consumo de combustível, identificação do condutor, equipe responsável e eventuais ocorrências verificadas durante o trajeto. Tal controle é essencial para garantir a rastreabilidade das operações, prevenir usos indevidos, subsidiar a gestão eficiente da frota e preservar o interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No que se refere à operação dos veículos, os condutores deverão estar devidamente habilitados e aptos à condução de ambulâncias, observando as normas de trânsito, as boas práticas de direção defensiva e as orientações específicas aplicáveis ao transporte de pacientes. Recomenda-se, ainda, que os profissionais envolvidos sejam orientados quanto ao uso correto dos equipamentos instalados, especialmente sistema de oxigênio, maca, sinalização acústica e luminosa, dispositivos de segurança, mobiliário interno e demais componentes do compartimento assistencial.

Quanto à conservação e manutenção, é indispensável a adoção de rotina de manutenção preventiva, conforme orientações do fabricante do veículo, da empresa adaptadora e dos fabricantes dos equipamentos instalados. Essa rotina deverá abranger revisões periódicas, troca de óleo, filtros, pneus, verificação de freios, suspensão, sistema elétrico, ar-condicionado, sinalização, sistema de oxigênio, maca, equipamentos embarcados e demais componentes essenciais ao funcionamento seguro da ambulância.

A manutenção preventiva contribui para a ampliação da vida útil dos bens, redução de custos com reparos corretivos, diminuição do risco de paralisação dos serviços e garantia da segurança dos pacientes, condutores e equipes de saúde. Sempre que identificada falha mecânica, elétrica, estrutural ou assistencial, o veículo deverá ser retirado de operação até a devida avaliação e correção, evitando riscos à integridade dos usuários e ao patrimônio público.

Recomenda-se, também, a realização de higienização regular e adequada do compartimento do paciente, observando protocolos de limpeza e assepsia compatíveis com o transporte sanitário e o atendimento pré-hospitalar. Os materiais utilizados na limpeza deverão ser compatíveis com os revestimentos internos, bancos, maca, armários, piso e demais superfícies, de modo a preservar sua integridade, durabilidade e condições sanitárias de uso.

No aspecto da gestão da frota, orienta-se que a Secretaria Municipal de Saúde adote planejamento logístico para a utilização dos veículos, considerando critérios como demanda assistencial, localização geográfica, distância entre unidades de saúde, deslocamentos intermunicipais, frequência de utilização, condições das vias, atendimento a comunidades rurais e necessidade de cobertura da rede municipal. Essa medida contribui para maior eficiência no atendimento e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Os veículos deverão ser utilizados em conformidade com suas especificações técnicas, evitando sobrecarga, uso para finalidade diversa da saúde, deslocamentos não autorizados, transporte incompatível com a capacidade do veículo ou utilização em condições que possam comprometer sua estrutura, reduzir sua vida útil ou gerar custos adicionais à Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Por se tratarem de bens permanentes incorporados ao patrimônio municipal, a gestão dos veículos deverá observar rotinas de controle patrimonial, identificação, guarda, conservação, responsabilidade pelo uso, registro de manutenção e acompanhamento da vida útil. A correta utilização das ambulâncias contribui para a valorização do patrimônio público, evitando desgaste prematuro e assegurando que o investimento realizado gere benefícios contínuos à população.

Por fim, orienta-se que a gestão da frota observe os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, promovendo o uso racional dos veículos, o controle adequado dos custos operacionais, a conservação dos bens e a preservação do patrimônio municipal, garantindo que os benefícios decorrentes da contratação sejam plenamente alcançados ao longo de todo o ciclo de vida dos veículos adquiridos ou eventualmente contratados.

9.6. RESPONSABILIDADE DOS CONDUTORES E DOS PROFISSIONAIS QUE ATUARÃO NOS VEÍCULOS

A adequada utilização das ambulâncias objeto da presente contratação exige a definição clara das responsabilidades dos condutores, profissionais de saúde e demais servidores que atuarão nos veículos, de modo a assegurar a segurança dos pacientes, a integridade dos equipamentos, a correta execução dos serviços de saúde e a preservação do patrimônio público municipal.

Considerando que os veículos serão destinados ao atendimento pré-hospitalar, suporte básico de vida, transporte sanitário, remoções simples, deslocamentos eletivos, transferências e atendimento a áreas urbanas e rurais, sua operação deverá observar as normas de trânsito, os protocolos internos da Secretaria Municipal de Saúde, as orientações técnicas aplicáveis e as boas práticas de utilização de bens públicos.

Compete aos condutores dos veículos:

I - Possuir habilitação válida e compatível com a categoria do veículo, observando as exigências do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei Federal nº 9.503/1997, e demais normas aplicáveis à condução de ambulâncias;

II - Conduzir o veículo com zelo, prudência, responsabilidade e observância às normas de trânsito, adotando práticas de direção defensiva e garantindo a segurança dos pacientes, acompanhantes, profissionais de saúde, demais ocupantes e terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

III - Verificar previamente as condições gerais do veículo antes do início de cada deslocamento, incluindo freios, iluminação, pneus, nível de combustível, óleo, água, sistema elétrico, sinalização acústica e luminosa, equipamentos obrigatórios e demais itens essenciais à segurança da operação;

IV - Utilizar os dispositivos de sinalização sonora e visual somente nas hipóteses cabíveis e em conformidade com as normas de trânsito e protocolos institucionais, evitando uso indevido ou incompatível com a finalidade do deslocamento;

V - Respeitar a finalidade pública do veículo, abstendo-se de utilizá-lo para fins particulares, deslocamentos não autorizados ou atividades estranhas às ações e serviços de saúde;

VI - Registrar as informações de uso do veículo, incluindo data, horário de saída e retorno, destino, finalidade do deslocamento, quilometragem inicial e final, condutor responsável, equipe envolvida, consumo de combustível e eventuais ocorrências verificadas durante o trajeto;

VII - Comunicar imediatamente à chefia imediata ou ao setor responsável pela frota qualquer irregularidade, falha mecânica, dano, avaria, mau funcionamento de equipamento ou situação que possa comprometer a segurança ou a continuidade do serviço;

VIII - Zelar pela conservação do veículo, evitando sobrecarga, condução inadequada, exposição desnecessária a riscos, uso em condições incompatíveis com sua finalidade ou qualquer conduta que possa reduzir sua vida útil ou gerar prejuízo ao patrimônio público.

Compete aos profissionais de saúde e demais servidores que atuarem no interior dos veículos:

I - Utilizar os equipamentos instalados no compartimento assistencial de forma adequada, segura e compatível com sua finalidade, observando as instruções técnicas, protocolos de atendimento e orientações da Secretaria Municipal de Saúde;

II - Assegurar o correto acondicionamento do paciente durante o transporte, utilizando maca, cintos de segurança, suportes, bancos, sistemas de fixação e demais dispositivos disponíveis, de acordo com a condição clínica e a natureza do deslocamento;

III - Operar o sistema de oxigenoterapia, maca, equipamentos assistenciais, materiais de apoio e demais dispositivos embarcados com responsabilidade técnica, garantindo sua utilização apenas quando necessária e de forma segura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

IV - Manter a organização do compartimento do paciente, acondicionando corretamente materiais, equipamentos, resíduos, itens de apoio e demais componentes internos, de modo a preservar a segurança, a higiene e a funcionalidade do ambiente assistencial;

V - Observar os protocolos de limpeza, desinfecção e assepsia aplicáveis ao transporte sanitário e ao atendimento pré-hospitalar, especialmente após o transporte de pacientes, a fim de reduzir riscos sanitários e preservar as condições adequadas de uso do veículo;

VI - Comunicar à gestão da unidade, ao responsável pela frota ou à autoridade competente qualquer avaria, mau funcionamento de equipamento, ausência de material, necessidade de reposição, irregularidade ou situação que comprometa a segurança do paciente ou da equipe;

VII - Atuar de forma integrada com o condutor, prestando as informações necessárias ao deslocamento, orientando quanto à condição do paciente e zelando para que o transporte ocorra de maneira segura, eficiente, humanizada e compatível com a finalidade do veículo.

No âmbito da responsabilidade compartilhada, condutores, profissionais de saúde e demais servidores deverão atuar de forma coordenada, observando os protocolos operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, as normas internas de controle da frota, as orientações de uso dos equipamentos e as diretrizes de atendimento aos pacientes.

A gestão municipal deverá orientar os servidores quanto à correta utilização dos veículos, à preservação dos equipamentos e à necessidade de registro das ocorrências, podendo adotar instrumentos de controle, tais como ficha de saída, checklist de inspeção diária, controle de quilometragem, termo de responsabilidade, registro de manutenção e relatório de ocorrências.

Ressalta-se que as ambulâncias constituem bens públicos permanentes destinados à prestação de serviço essencial de saúde, razão pela qual eventual uso indevido, dano causado por negligência, omissão na comunicação de falhas, descumprimento de normas operacionais ou utilização em finalidade diversa poderá ensejar apuração administrativa, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis, conforme legislação aplicável.

Dessa forma, a definição das responsabilidades dos condutores, profissionais de saúde e demais servidores envolvidos visa garantir a correta utilização dos veículos, a segurança dos usuários, a preservação dos equipamentos, a conservação do patrimônio público municipal e a continuidade dos serviços de saúde, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, responsabilidade, planejamento e interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

9.7. LOGÍSTICA TERRITORIAL PARA ENTREGA DOS BENS – MUNICÍPIO DE OURÉM

A análise logística territorial para a entrega dos bens considera as características geográficas, a infraestrutura de acesso, as condições de circulação e o local indicado para recebimento dos veículos no Município de Ourém/PA, no contexto da aquisição de ambulâncias destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde.

O objeto da presente contratação compreende veículos automotores novos, zero quilômetro, devidamente adaptados para utilização como ambulâncias, os quais poderão ser entregues por transporte rodoviário convencional, seja por condução própria, quando tecnicamente admitida e sem prejuízo à condição de veículo novo, seja por transporte embarcado em caminhão apropriado, a exemplo de caminhão tipo cegonha ou plataforma, conforme logística adotada pela contratada.

O Município de Ourém/PA integra a Região Nordeste Paraense e possui acesso terrestre compatível com o deslocamento de veículos automotores de médio e grande porte, inclusive ambulâncias tipo furgão e ambulâncias tipo pick-up 4x4 adaptadas. Dessa forma, não se identificam, em princípio, obstáculos logísticos relevantes que inviabilizem ou dificultem a entrega dos bens no local indicado pela Administração.

O local de entrega informado no Documento de Formalização de Demanda corresponde à sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Travessa Cipriano Santos, Centro, Ourém/PA, CEP 68640-000, área urbana apta ao recebimento, conferência, vistoria, estacionamento e manobra dos veículos. O recebimento no referido local permite maior controle administrativo, facilitando a verificação documental, técnica e operacional dos bens pela equipe responsável.

Sob o ponto de vista logístico, a entrega das ambulâncias não demanda, em regra, operações especiais de transporte, transbordo, travessias fluviais, içamento, utilização de equipamentos extraordinários ou estrutura diferenciada de descarregamento, uma vez que se trata de veículos automotores aptos à circulação terrestre e compatíveis com a malha viária de acesso ao Município.

Considerando a natureza do objeto, recomenda-se que a contratada observe cuidados específicos durante o transporte e entrega, especialmente quanto à proteção dos veículos contra danos, intempéries, avarias, desgaste indevido, adulteração de componentes, violação de lacres, perda de acessórios ou comprometimento das adaptações realizadas. Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, funcionamento e conformidade com as especificações contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A entrega deverá ocorrer com os veículos devidamente adaptados, equipados, identificados, licenciados, emplacados quando aplicável, regularizados e aptos à imediata utilização pela Administração Pública Municipal, acompanhados de toda a documentação exigida no Termo de Referência, incluindo nota fiscal, manuais, certificados de garantia, documentos do veículo, laudos, declarações de conformidade, registros sanitários ou veiculares cabíveis e demais documentos necessários ao recebimento.

No momento da entrega, recomenda-se a realização de conferência técnica e documental, mediante checklist, com verificação das especificações do veículo base, adaptação veicular, sinalização acústica e luminosa, sistema elétrico, sistema de oxigênio, climatização, mobiliário, maca, equipamentos, acessórios, grafismo, documentação e funcionamento geral dos itens. A aceitação definitiva deverá ocorrer somente após a comprovação de conformidade com as exigências do edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora.

A logística de entrega deverá ser de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração, devendo estar incluídos no preço contratado todos os custos relacionados a transporte, seguro, frete, tributos, emplacamento, licenciamento, regularização, descarga, entrega técnica e demais despesas necessárias à disponibilização dos veículos no local indicado.

Dessa forma, sob o ponto de vista territorial e logístico, o Município de Ourém/PA apresenta condições favoráveis ao recebimento das ambulâncias objeto da presente contratação, inexistindo indicativo de impedimento geográfico ou estrutural relevante que comprometa a execução contratual. A entrega mostra-se plenamente viável, desde que observadas as condições de transporte, documentação, regularização, conferência técnica e recebimento previstas no instrumento convocatório e no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

- Ourém é um município do estado do Pará, na Região Norte do Brasil
- Coordenadas aproximadas: latitude -1.54 e longitude -47.11
- Situa-se a cerca de 40 m de altitude

Ele fica na porção nordeste do estado, próximo de cidades como Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e São Miguel do Guamá, todas a menos de ~45 km de distância

O Município de Ourém localiza-se a aproximadamente 190 km da capital Belém, com tempo médio de deslocamento terrestre estimado entre 3 e 4 horas, variando conforme as condições de tráfego, rota utilizada e período do ano, sendo o acesso realizado predominantemente por rodovias estaduais e federais que interligam a região nordeste paraense à capital.

10. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A definição da forma de contratação mais adequada deve decorrer de análise técnica e jurídica das alternativas disponíveis à Administração Pública, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a finalidade pública pretendida, a existência ou não de competição no mercado, a urgência da demanda, a disponibilidade orçamentária, a vinculação parcial a recurso de emenda parlamentar e a necessidade de observância aos princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No presente caso, a demanda consiste na aquisição de ambulâncias destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA, compreendendo 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, a serem registradas em Ata de Registro de Preços.

A escolha da solução não deve se limitar à identificação do objeto pretendido, sendo necessário avaliar as formas juridicamente possíveis de contratação, verificando se cada alternativa atende aos requisitos legais e se mostra compatível com o interesse público. Assim, serão analisadas as hipóteses de contratação direta e de licitação, com o objetivo de demonstrar a alternativa juridicamente adequada, eficiente e mais vantajosa para a Administração.

A análise abrangerá, dentre outros aspectos, a possibilidade de dispensa de licitação em razão do valor, dispensa emergencial, inexigibilidade de licitação, adesão a ata de registro de preços, realização de licitação própria e adoção do Sistema de Registro de Preços, indicando, em cada hipótese, sua fundamentação legal, forma de funcionamento, viabilidade ou inviabilidade para o caso concreto.

10.1. Solução 01 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

A primeira alternativa analisada consiste na possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa hipótese permite que a Administração deixe de realizar procedimento licitatório quando o valor da contratação estiver dentro dos limites legais estabelecidos para determinadas categorias de objeto.

No caso de compras e outros serviços que não sejam obras ou serviços de engenharia, a dispensa em razão do valor encontra fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites atualizados na forma da legislação vigente. Trata-se de hipótese excepcional de contratação direta, aplicável apenas quando o valor estimado da despesa não ultrapassa o teto legal permitido.

Essa modalidade funciona de forma simplificada, dispensando a realização de licitação formal, mas não afasta a necessidade de instrução processual adequada. Mesmo nas contratações diretas por valor, devem ser observados o planejamento mínimo, a justificativa da necessidade, a definição do objeto, a estimativa de preços, a comprovação da compatibilidade do valor com o mercado, a indicação da dotação orçamentária, a habilitação mínima do contratado e a publicação do ato, quando exigida.

Embora seja uma alternativa juridicamente prevista na Lei nº 14.133/2021, a dispensa de licitação em razão do valor não se mostra viável para a presente contratação, considerando que o valor estimado global do objeto supera o limite legal admitido para contratação direta por pequeno valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

O objeto planejado envolve a aquisição de 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, totalizando valor estimado significativamente superior ao limite permitido para dispensa de licitação em razão do valor. Dessa forma, a utilização dessa hipótese configuraria inadequação jurídica, por extrapolar o campo de incidência do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além disso, não é juridicamente admissível fracionar artificialmente o objeto ou dividir a despesa com a finalidade de enquadrá-la no limite da dispensa por valor. A Administração deve considerar o conjunto da demanda planejada, especialmente quando os itens possuem mesma natureza, finalidade correlata e integram a mesma necessidade pública de fortalecimento da frota da saúde.

No presente caso, ainda que os itens possam possuir especificações distintas, todos se inserem no mesmo planejamento administrativo, voltado à aquisição de ambulâncias para a Secretaria Municipal de Saúde. Assim, a análise do enquadramento deve considerar a contratação de forma global, não sendo possível utilizar a dispensa por valor para afastar indevidamente o procedimento licitatório.

Também se observa que o objeto possui mercado fornecedor competitivo, com possibilidade de disputa entre concessionárias, fabricantes, empresas transformadoras e fornecedores especializados em veículos adaptados para ambulância. Essa característica reforça a necessidade de adoção de procedimento competitivo, de modo a assegurar isonomia, ampla concorrência, seleção da proposta mais vantajosa e observância ao julgamento objetivo.

Dessa forma, conclui-se que a dispensa de licitação em razão do valor, embora prevista no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, não é juridicamente viável para a presente contratação, em razão da incompatibilidade entre o valor estimado do objeto e os limites legais aplicáveis, bem como da impossibilidade de fracionamento da despesa para fins de enquadramento indevido em contratação direta.

Assim, essa alternativa deve ser afastada, devendo a Administração prosseguir na análise das demais possibilidades de contratação, especialmente aquelas que assegurem procedimento competitivo, planejamento adequado, economicidade, transparência e conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Solução 02 - DO CREDENCIAMENTO

Outra alternativa analisada consiste na possibilidade de utilização do credenciamento, procedimento auxiliar previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicável às hipóteses em que a Administração Pública pretende contratar todos os interessados que preencham os requisitos previamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

definidos no edital, sem competição direta entre eles, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

O credenciamento encontra fundamento no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo cabível, em regra, nas situações em que a Administração necessite manter relação aberta com diversos prestadores ou fornecedores aptos, especialmente quando não for possível ou conveniente selecionar apenas um contratado, ou quando a demanda puder ser atendida por múltiplos interessados, em condições previamente fixadas pela Administração.

Trata-se, portanto, de procedimento que não tem como finalidade a disputa competitiva tradicional por menor preço ou melhor proposta, mas sim a formação de um rol de interessados habilitados, aptos a serem contratados conforme critérios objetivos, necessidade administrativa e condições previamente estabelecidas.

O credenciamento pode ser adequado, por exemplo, em contratações nas quais a Administração necessite de diversos prestadores para atendimento simultâneo ou descentralizado, em hipóteses de escolha pelo próprio usuário, em mercados fluidos ou em situações nas quais o preço seja previamente definido pela Administração e todos os interessados que atendam aos requisitos possam ser contratados.

No caso concreto, contudo, a utilização do credenciamento não se mostra juridicamente adequada. A presente demanda refere-se à aquisição de bens permanentes específicos, consistentes em ambulâncias novas, zero quilômetro, devidamente adaptadas, com especificações técnicas objetivamente definíveis, quantitativos determinados e necessidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O objeto contempla 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, a serem registradas em Ata de Registro de Preços, não havendo necessidade de contratação indistinta de todos os fornecedores eventualmente interessados.

Além disso, o mercado fornecedor possui possibilidade de competição entre fabricantes, concessionárias, empresas transformadoras e fornecedores especializados em veículos adaptados para ambulância, sendo possível a comparação objetiva entre propostas, preços, condições de fornecimento, prazos, garantia, assistência técnica e conformidade técnica. Essa característica afasta a lógica do credenciamento e recomenda a adoção de procedimento competitivo.

A contratação pretendida também exige julgamento objetivo, com disputa de preços e verificação da proposta mais vantajosa, especialmente por envolver recursos públicos e aquisição de bens de valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

significativo. No credenciamento, a Administração não seleciona a melhor proposta por competição entre licitantes, mas credencia todos os interessados que preencham os requisitos, o que não atende à finalidade do presente processo.

Outro ponto relevante é que a necessidade da Administração está previamente dimensionada, com quantitativos definidos no planejamento. Não se trata de demanda aberta, contínua e indeterminada que justifique a contratação de múltiplos fornecedores credenciados. Ao contrário, trata-se de aquisição pontual ou eventual de veículos específicos, cuja contratação deve ocorrer mediante procedimento capaz de selecionar o fornecedor que ofereça as melhores condições para a Administração.

Também não se verifica hipótese de escolha pelo usuário final, uma vez que os veículos serão incorporados à frota da Secretaria Municipal de Saúde e utilizados conforme planejamento administrativo, gestão da frota e demanda assistencial do Município. Assim, não há elemento que justifique a formação de cadastro de fornecedores para posterior escolha por beneficiários ou usuários do serviço público.

Dessa forma, embora o credenciamento seja procedimento auxiliar admitido pela Lei Federal nº 14.133/2021, sua utilização não se revela adequada ao presente caso, pois o objeto possui especificações objetivas, quantitativos definidos, mercado competitivo e necessidade de seleção da proposta mais vantajosa por meio de disputa.

Conclui-se, portanto, que o credenciamento deve ser afastado como alternativa de contratação, por não atender à natureza do objeto, à lógica da aquisição de bens permanentes, à necessidade de julgamento objetivo e à busca da maior vantagem econômica para a Administração Pública.

10.3. Solução 03 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Outra alternativa analisada consiste na possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços vigente, também conhecida como “carona”, procedimento por meio do qual órgão ou entidade que não participou originalmente do processo licitatório utiliza ata regularmente constituída por outro órgão gerenciador, desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

A adesão à Ata de Registro de Preços encontra amparo no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas normas regulamentares aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, sendo admitida quando houver ata vigente, compatibilidade do objeto, vantagem demonstrada, anuência do órgão gerenciador, concordância do fornecedor, observância dos limites quantitativos e comprovação de que a adesão atende ao interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Trata-se de alternativa que pode ser útil em determinadas situações, especialmente quando a Administração identifica ata válida, com objeto idêntico ou compatível com a sua necessidade, preços vantajosos, condições adequadas de fornecimento e possibilidade de contratação em prazo compatível com a demanda administrativa. Nesses casos, a adesão pode conferir celeridade ao atendimento da necessidade pública, sem afastar a obrigatoriedade de instrução processual própria.

Para sua utilização, contudo, a adesão exige análise criteriosa, devendo a Administração demonstrar, no mínimo: a existência de ata vigente; a compatibilidade integral entre o objeto registrado e a demanda local; a adequação das especificações técnicas; a vantajosidade dos preços registrados em comparação com os preços praticados no mercado; a disponibilidade de saldo na ata; a autorização do órgão gerenciador; a aceitação do fornecedor; a compatibilidade da entrega com o Município de Ourém/PA; a existência de dotação orçamentária; e a regularidade da contratação pretendida.

No caso concreto, a adesão à ata foi considerada como alternativa possível em tese, uma vez que o objeto envolve aquisição de ambulâncias, bens que eventualmente podem ser encontrados em atas de registro de preços de outros órgãos públicos. Todavia, sua adoção não se mostra, neste momento, a solução mais adequada para a presente demanda.

A contratação pretendida possui especificidades relevantes, especialmente em razão da vinculação parcial ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, cujo recurso será utilizado exclusivamente para custear a aquisição da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida. Além disso, o planejamento contempla também o registro de preços de 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, para eventual contratação futura com fonte de recurso própria ou diversa.

A utilização de ata de outro órgão poderia limitar a Administração às especificações, condições, prazos, obrigações, garantias, locais de entrega e regras originalmente estabelecidas no processo gerenciador, as quais nem sempre correspondem integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, especialmente quanto às exigências técnicas das adaptações, equipamentos, documentação, garantia, assistência técnica e adequação ao Plano de Ação.

Também se observa que a adesão não permite à Administração redesenhar livremente o objeto, alterar substancialmente as especificações ou ajustar as condições da contratação às particularidades locais. Dessa forma, caso a ata disponível não contemple exatamente a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, conforme os parâmetros do Ministério da Saúde, ou não atenda às exigências específicas das



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ambulâncias de Simples Remoção tipo pick-up 4x4, a adesão poderia comprometer a conformidade técnica e a regularidade do processo.

Outro ponto relevante é que a presente demanda está sendo estruturada para formação de Ata de Registro de Preços própria do Município de Ourém/PA, restrita à Secretaria Municipal de Saúde, permitindo melhor controle do planejamento, das especificações, dos quantitativos, da execução, da fiscalização, da fonte de recurso e das futuras contratações decorrentes. A licitação própria também favorece maior aderência às necessidades locais e maior transparência na definição da solução.

Sob o aspecto da economicidade, a adesão somente seria viável se restasse demonstrada vantagem concreta em relação à licitação própria, mediante pesquisa de preços atualizada e comparação objetiva das condições registradas. Não basta a simples existência de ata vigente; é indispensável comprovar que o preço, as especificações, o prazo, a garantia, a assistência técnica e as demais condições são mais vantajosas para a Administração.

No presente caso, considerando a necessidade de compatibilizar o item financiado por emenda parlamentar com as exigências do Plano de Ação e, simultaneamente, registrar preços para futuras aquisições de ambulâncias de simples remoção, a realização de procedimento próprio por Sistema de Registro de Preços mostra-se mais adequada, pois permite que o Município defina com precisão o objeto, estabeleça as exigências técnicas necessárias, selecione a proposta mais vantajosa e forme ata compatível com sua realidade administrativa e assistencial.

Assim, embora a adesão à Ata de Registro de Preços seja juridicamente possível em tese, sua adoção não se revela a alternativa mais adequada para o caso concreto, diante da necessidade de especificações próprias, controle direto da futura ata, vinculação parcial a recurso de emenda parlamentar, necessidade de planejamento local e possibilidade de realização de procedimento competitivo próprio.

Dessa forma, a alternativa de adesão à ata deve ser afastada como solução principal, recomendando-se o prosseguimento da contratação por meio de licitação própria, com adoção do Sistema de Registro de Preços, de modo a garantir maior controle, competitividade, transparência, adequação técnica e vantajosidade para a Administração Pública Municipal.

10.4. Solução 04 - DO PREGÃO

Outra alternativa analisada consiste na realização de licitação na modalidade Pregão para a aquisição das ambulâncias destinadas ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Ourém/PA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

O Pregão encontra fundamento no art. 6º, inciso XLI, e no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a modalidade de licitação adequada para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou maior desconto, conforme a natureza do objeto e a modelagem definida pela Administração.

No presente caso, o objeto consiste na aquisição de bens comuns permanentes, compreendendo 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações técnicas claras, mensuráveis e compatíveis com as normas aplicáveis.

Embora se trate de veículos especializados para uso na área da saúde, a contratação não envolve solução técnica singular, desenvolvimento exclusivo, serviço intelectual predominante ou objeto de natureza incomum que impeça a competição. As características dos veículos, adaptações, equipamentos, documentação, garantia, assistência técnica, entrega e demais requisitos podem ser previamente estabelecidos de forma objetiva pela Administração, permitindo o julgamento das propostas com base em critérios claros e impessoais.

O Pregão mostra-se adequado por ampliar a competitividade, permitir a disputa entre fornecedores interessados, conferir maior transparência ao procedimento e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Além disso, possibilita o julgamento objetivo, com observância aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência, economicidade e seleção da proposta apta a atender ao interesse público.

A modalidade Pregão também se mostra compatível com a adoção do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a Administração pretende formar Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação dos itens, conforme a necessidade, disponibilidade orçamentária e autorização competente. Essa modelagem permite contratar inicialmente a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, e manter registrados os preços das Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, para eventual contratação futura.

A adoção do Pregão possibilita a disputa entre concessionárias, fabricantes, empresas transformadoras e fornecedores especializados em ambulâncias, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, normas de segurança, registros, certificações, garantia, assistência técnica e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Quanto ao critério de julgamento, recomenda-se a adoção do menor preço por item, desde que preservada a exigência de atendimento integral às especificações técnicas mínimas, aos documentos de conformidade, aos prazos, às condições de entrega e às demais obrigações contratuais. Essa sistemática permite que a Administração selecione a proposta economicamente mais vantajosa para cada item, evitando vinculação indevida entre objetos distintos e ampliando a competitividade.

Ressalta-se que o menor preço não significa aceitação de produto inferior ou incompatível com a necessidade pública. A proposta somente poderá ser aceita se o fornecedor comprovar o atendimento integral às especificações, normas técnicas, exigências sanitárias e veiculares, garantias, documentação e demais condições previstas no edital e no Termo de Referência. Assim, a vantajosidade deverá ser aferida de forma conjunta, considerando preço, conformidade técnica e aptidão do objeto ao atendimento da finalidade pública.

No caso concreto, o Pregão mostra-se juridicamente viável e tecnicamente adequado, pois o objeto é comum, possui especificações objetivas, há mercado fornecedor competitivo, existe possibilidade de julgamento por menor preço por item e a contratação pode ser realizada de forma isonômica, transparente e eficiente.

Dessa forma, conclui-se que a modalidade Pregão é a alternativa adequada para a presente contratação, devendo ser adotada em conjunto com o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das normas regulamentares aplicáveis, por melhor atender à natureza do objeto, à necessidade da Administração e à busca da proposta mais vantajosa.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE COMPARATIVA

Após avaliação técnica das alternativas, conclui-se que a realização de licitação própria, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, constitui a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar maior competitividade, transparência, economicidade e aderência às necessidades específicas do Município de Ourém/PA, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

10.5. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o Sistema de Registro de Preços – SRP como procedimento auxiliar, nos termos dos arts. 82 a 86 da referida norma, por se tratar de solução que melhor atende ao interesse público, à eficiência administrativa, ao planejamento da contratação e à adequada gestão dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

O Sistema de Registro de Preços consiste em procedimento destinado ao registro formal de preços, fornecedores e condições de fornecimento para futuras e eventuais contratações pela Administração Pública, sem obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral dos quantitativos estimados. Trata-se de instrumento que confere maior flexibilidade administrativa, permitindo que a contratação ocorra conforme a necessidade efetiva, a disponibilidade orçamentária e a conveniência da Administração.

No presente caso, a adoção do SRP mostra-se adequada em razão da natureza do planejamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, que contempla 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, encontra-se vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, cujos recursos serão utilizados exclusivamente para custear a aquisição desse item. Por sua vez, as Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, integrarão a Ata de Registro de Preços para eventual contratação futura, condicionada à demonstração da necessidade, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente.

A utilização do SRP não decorre da natureza contínua do objeto, uma vez que se trata de aquisição de bens permanentes, mas sim da conveniência administrativa em dispor de instrumento que permita a contratação conforme a efetiva necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a disponibilidade de recursos e o planejamento da Administração. Dessa forma, evita-se a obrigatoriedade de aquisição imediata de todos os itens, preservando a regularidade da execução orçamentária e financeira.

A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta, no caso concreto, as seguintes vantagens:

- a.** Flexibilidade na execução da despesa, permitindo que a Administração contrate apenas os itens e quantitativos necessários, conforme disponibilidade orçamentária e financeira;
- b.** Compatibilidade com recurso vinculado, possibilitando a contratação do item custeado pelo Plano de Ação nº 09032026-097466, sem obrigar a aquisição imediata dos demais itens registrados;
- c.** Racionalização administrativa, evitando a instauração de novos procedimentos licitatórios caso, durante a vigência da ata, surja disponibilidade orçamentária para aquisição das ambulâncias de simples remoção;
- d.** Planejamento e controle, com definição prévia de preços, fornecedores, especificações, condições de fornecimento, prazo, garantia e demais obrigações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- e. Economicidade, mediante realização de procedimento competitivo único, com potencial obtenção de melhores condições comerciais para a Administração;
- f. Segurança jurídica, uma vez que as futuras contratações estarão vinculadas às condições previamente estabelecidas no edital, na ata e na proposta vencedora;
- g. Melhor gestão da demanda pública, considerando que a Secretaria Municipal de Saúde poderá formalizar as contratações de acordo com a necessidade assistencial, logística e operacional do Município.

Importa destacar que os quantitativos previstos no presente processo possuem natureza estimativa, não obrigando a Administração à contratação integral dos itens registrados. A existência da Ata de Registro de Preços não gera direito subjetivo à contratação pelo fornecedor, nem obrigação de aquisição pela Administração, constituindo apenas instrumento de planejamento e futura contratação, conforme necessidade e autorização competente.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante instrumento contratual, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme definido no edital e no Termo de Referência, observando-se os limites quantitativos registrados, a vigência da ata, a disponibilidade orçamentária, a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor e as condições estabelecidas no procedimento licitatório.

Ressalta-se, ainda, que a adoção do SRP não afasta a necessidade de observância das exigências técnicas, documentais, sanitárias, veiculares e de conformidade previstas para o objeto. A contratação futura somente poderá ocorrer se o fornecedor atender integralmente às especificações, normas técnicas, garantias, certificações, registros, condições de entrega e demais obrigações previstas no edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

No caso das Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, a sua inclusão na ata possui caráter de planejamento administrativo e não implica utilização dos recursos vinculados à Emenda Parlamentar destinada à Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B. Eventual contratação desses itens dependerá de fonte de recurso própria ou diversa, formalmente indicada no momento oportuno.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui solução adequada, eficiente e juridicamente viável para a presente contratação, por proporcionar maior flexibilidade, planejamento, controle, economicidade e aderência à realidade orçamentária e operacional da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, em consonância com os arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

10.5.1. DO CONTRATO ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar, sendo as contratações formalizadas posteriormente por meio de contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração.

A Ata de Registro de Preços constitui instrumento de natureza administrativa destinado ao registro de preços, fornecedores e condições para futuras contratações, não obrigando a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, o objeto consiste na aquisição de 01 Ambulância SAMU 192, Furgão Tipo B; 02 Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4., de simples remoção, tipo furgão, caracterizando-se como fornecimento de bens permanentes, cuja execução ocorre por meio de entrega dos veículos, sem caracterização de prestação continuada.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme previsto na legislação vigente, observando-se as condições estabelecidas no edital, na ata e na proposta vencedora.

O contrato administrativo decorrente da ata terá vigência compatível com o prazo necessário à entrega dos veículos, realização do recebimento definitivo e cumprimento das obrigações acessórias, especialmente aquelas relacionadas à garantia e assistência técnica dos bens fornecidos.

Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração do contrato deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto e a necessidade da Administração, não se aplicando, no presente caso, a lógica de prorrogações sucessivas típica de contratos de fornecimento contínuo.

Importa destacar que a vigência da Ata de Registro de Preços e a vigência dos contratos dela decorrentes possuem naturezas distintas. A ata terá vigência nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, enquanto os contratos celebrados com base nela terão vigência própria, limitada ao cumprimento das obrigações pactuadas.

Eventuais ajustes de prazo contratual poderão ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, desde que devidamente justificadas e relacionadas à execução do objeto, especialmente quanto à entrega dos veículos e cumprimento das obrigações acessórias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A execução contratual deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, especialmente quanto às especificações técnicas dos veículos, prazos de entrega, garantia mínima, assistência técnica e regularidade documental, cabendo à Administração o acompanhamento e a fiscalização da execução.

Dessa forma, a formalização das contratações por meio de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza do objeto, assegurando flexibilidade administrativa, controle da execução, segurança jurídica e atendimento ao interesse público.

10.6. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas de saúde no âmbito municipal.

10.7. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Adota-se como tipo de julgamento menor preço por item, por se tratar de contratação de bens com especificações técnicas objetivas, devidamente descritas na planilha de itens que acompanha esta licitação, o que permite a comparação direta e isonômica entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

A escolha do critério menor preço por item mostra-se mais vantajosa à Administração porque:

- Amplia a competitividade, possibilitando que diferentes fornecedores participem do certame mesmo que não tenham capacidade de ofertar a totalidade dos itens, podendo disputar apenas aqueles em que possuem melhor condição comercial e logística;
- Reduz o risco de concentração em um único fornecedor, permitindo a distribuição do fornecimento entre várias empresas, o que contribui para a continuidade do atendimento das demandas e diminui o impacto de eventuais atrasos ou problemas pontuais com um determinado contratado;
- Favorece a obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que cada item será disputado individualmente, permitindo que os licitantes concentrem seus melhores descontos nos itens em que possuem maior competitividade, refletindo em economia global para o Município;
- Garante maior aderência às necessidades da secretaria demandante, pois possibilita o ajuste fino do resultado da licitação à realidade de consumo, evitando que itens pouco competitivos comprometam o conjunto da contratação;
- Assegura objetividade no julgamento, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência, uma vez que o critério de seleção está claramente definido e é facilmente verificável por todos os participantes.

Diante do exposto, o critério de julgamento pelo menor preço por item atende ao interesse público, promove a economicidade e respeita as diretrizes estabelecidas na legislação de regência das contratações públicas, mostrando-se o mais adequado para a natureza deste objeto.

11. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada para aferição dos valores praticados no mercado para os itens objeto da presente contratação, observando-se a natureza dos bens, as especificações técnicas mínimas, os quantitativos estimados e as condições de fornecimento pretendidas pela Administração.

A pesquisa de preços tem por finalidade subsidiar a definição do valor estimado da contratação, orientar a análise de vantajosidade, apoiar a definição dos recursos necessários e conferir maior segurança à futura seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com os parâmetros metodológicos aplicáveis à formação de preços nas contratações públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No presente caso, a estimativa foi instruída por documentos específicos de pesquisa mercadológica, compreendendo relatório de cotação, mapa comparativo de preços, memorial de cálculo e relatório de curva ABC, os quais consolidam os valores obtidos para os itens pretendidos e indicam o valor estimado unitário e total da contratação.

A pesquisa considerou fontes de preços compatíveis com o objeto, incluindo contratações públicas similares, registros disponíveis em plataformas de pesquisa de preços, referências obtidas junto a entes públicos e cotações de fornecedores, observada a necessidade de compatibilidade entre as especificações pesquisadas e os veículos pretendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA.

O objeto estimado contempla:

- I. 01 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, destinada ao atendimento pré-hospitalar e ao fortalecimento da Rede de Urgência e Emergência; e
- II. 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas, destinadas ao transporte sanitário, remoções simples, deslocamentos eletivos e atendimento em áreas rurais ou de difícil acesso.

Com base nos relatórios de pesquisa de preços juntados aos autos, obteve-se a seguinte estimativa:

Item	Descrição resumida	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida – USB	1	R\$ 408.250,00	R\$ 408.250,00
2	Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, zero quilômetro, devidamente adaptada	2	R\$ 383.700,00	R\$ 767.400,00
Valor global estimado				R\$ 1.175.650,00

Para o item 1, referente à Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, o valor unitário estimado corresponde a R\$ 408.250,00, obtido a partir da média dos preços válidos levantados na pesquisa. O mapa comparativo também indicou mediana de R\$ 405.000,00, demonstrando proximidade entre as medidas estatísticas e razoabilidade do valor adotado como referência.

Para o item 2, referente à Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, o valor unitário estimado corresponde a R\$ 383.700,00, também apurado com base na média dos preços válidos constantes da pesquisa. Considerando o quantitativo estimado de 02 (duas) unidades, o valor total estimado para esse item é de R\$ 767.400,00.

O valor global estimado da contratação, considerando todos os itens e quantitativos planejados, corresponde a R\$ 1.175.650,00. Ressalta-se, contudo, que por se tratar de procedimento a ser realizado por



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Sistema de Registro de Preços, o valor global representa estimativa máxima de referência para formação da ata, não implicando obrigação de contratação integral pela Administração.

A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, será o item cuja contratação se encontra vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, decorrente da Emenda Parlamentar nº 202643560002, cujos recursos serão utilizados exclusivamente para custear essa aquisição, observadas a disponibilidade financeira, a finalidade aprovada no plano e as regras aplicáveis à execução de recursos vinculados.

As 02 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, embora componham o valor estimado global e integrem a futura Ata de Registro de Preços, não serão custeadas com os recursos da referida Emenda Parlamentar neste momento. Esses itens permanecerão registrados para eventual contratação futura, condicionada à demonstração da necessidade, disponibilidade orçamentária, indicação de fonte de recurso própria ou diversa e autorização da autoridade competente.

A metodologia adotada para definição do preço estimado considerou a análise estatística dos valores coletados, a comparação entre média e mediana, a exclusão ou validação de parâmetros conforme os critérios utilizados no relatório de pesquisa e a aferição da compatibilidade dos preços com as especificações técnicas dos itens. Tal procedimento busca evitar estimativas artificialmente elevadas ou inexequíveis, preservando a coerência do orçamento estimativo.

O relatório de curva ABC demonstra que o item de maior representatividade financeira corresponde às Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, cujo valor total estimado de R\$ 767.400,00 representa aproximadamente 65,27% do valor global estimado. A Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, com valor total estimado de R\$ 408.250,00, representa aproximadamente 34,73% do total estimado.

Essa análise é relevante para o planejamento da contratação, pois evidencia a composição financeira do objeto, a representatividade de cada item no orçamento estimado e a necessidade de controle específico sobre a futura contratação decorrente da ata, especialmente considerando que apenas o item referente à Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, possui vinculação imediata ao recurso da Emenda Parlamentar.

Importa destacar que os valores estimados têm natureza referencial e servirão como parâmetro para a condução do certame, julgamento das propostas, análise de aceitabilidade dos preços e verificação da vantajosidade da contratação. A Administração deverá observar, no momento oportuno, a compatibilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

dos valores ofertados com o orçamento estimado, com as condições de mercado e com as especificações técnicas exigidas.

Dessa forma, a estimativa de preços apresentada demonstra-se compatível com o objeto pretendido, com os quantitativos definidos no planejamento e com a metodologia de pesquisa adotada, servindo como base para a instrução do procedimento licitatório, formação da Ata de Registro de Preços e futura contratação dos itens, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e interesse público.

12. APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ourém/PA, a Administração opta pela adoção de benefício regional em favor de microempresas e empresas de pequeno porte, afastando a aplicação de benefício estritamente local, por se tratar da alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e operacional.

A não adoção do benefício local fundamenta-se no fato de que o objeto apresenta especificações técnicas específicas e padronizadas, envolvendo veículos automotores adaptados para uso em saúde, cuja fabricação, fornecimento e adequação demandam estrutura técnica especializada, capacidade operacional e atendimento a normas regulatórias. Nesse cenário, a limitação do benefício ao âmbito exclusivamente municipal poderia restringir indevidamente a competitividade, reduzindo o universo de fornecedores aptos e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa.

Por sua vez, a adoção do benefício regional permite ampliar a base de fornecedores, contemplando empresas inseridas em polos logísticos e comerciais próximos, garantindo maior viabilidade de atendimento, melhor estrutura técnica e maior segurança na execução contratual, sem prejuízo da competitividade.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO BENEFÍCIO REGIONAL

Para fins de aplicação do benefício regional, será considerada como área de abrangência o eixo logístico rodoviário entre os Municípios de Ourém e Belém, tendo em vista que essa rota constitui o principal corredor de circulação de mercadorias e serviços utilizado para abastecimento do município.

Assim, serão considerados fornecedores regionais aqueles sediados nos seguintes municípios: Ourém, Santa Maria do Pará, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Benevides, Ananindeua e Belém.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A definição desse recorte territorial decorre da integração econômica e logística existente entre essas localidades, as quais concentram empresas com capacidade técnica e operacional compatível com o fornecimento do objeto, além de possibilitar maior eficiência na entrega e assistência técnica.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ADOÇÃO DO BENEFÍCIO REGIONAL

A adoção da margem de preferência regional visa equilibrar o estímulo ao desenvolvimento econômico regional com a necessidade de garantir eficiência e competitividade na contratação.

No caso concreto, verifica-se que a aquisição de ambulâncias exige fornecedores com capacidade técnica específica, incluindo fabricação ou adaptação veicular conforme normas do Ministério da Saúde e do CONTRAN, o que limita naturalmente o universo de empresas aptas. Nesse contexto, a ampliação do benefício para o âmbito regional permite manter a competitividade do certame sem comprometer a qualidade do objeto.

A medida encontra respaldo nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como nos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento regional sustentável, à eficiência administrativa e à seleção da proposta mais vantajosa.

FUNCIONAMENTO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA REGIONAL DE 10%

Durante a fase de julgamento das propostas, caso a proposta de menor valor seja apresentada por empresa não enquadrada como regional, será verificada a existência de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada na região definida que tenha apresentado proposta com valor até 10% superior à melhor proposta válida.

Verificada essa condição, será assegurada prioridade à empresa regional, desde que atendidas todas as exigências técnicas e de habilitação previstas no edital.

REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO

Para usufruir da margem de preferência regional, a licitante deverá comprovar sede ou filial ativa em município integrante da região definida, declarar corretamente seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar proposta dentro do limite percentual estabelecido e atender integralmente às exigências técnicas e de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Declarações falsas quanto ao enquadramento ou à condição regional sujeitarão a licitante às sanções cabíveis, inclusive desclassificação.

EXEMPLO PRÁTICO — APLICAÇÃO DA MARGEM REGIONAL

Suponha-se que a melhor proposta apresentada no certame seja de empresa não regional, no valor de R\$ 170.000,00 por unidade. Caso uma microempresa regional apresente proposta de até R\$ 187.000,00 (10% superior), poderá exercer o direito de preferência, desde que atenda integralmente às exigências do edital.

12.1. DISPENSA DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE COTA RESERVADA E ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Considerando a natureza e as características do objeto, a Administração conclui pela inaplicabilidade dos benefícios de cota reservada e de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

A aquisição de ambulâncias exige padronização técnica rigorosa, tanto em relação às especificações dos veículos quanto às adaptações internas, equipamentos e sistemas de segurança. A eventual divisão do objeto em cotas poderia gerar fragmentação do fornecimento, dificultar a uniformidade da frota e comprometer a eficiência operacional, especialmente no que se refere à manutenção, reposição de peças e gestão dos veículos.

Além disso, a natureza do objeto demanda fornecimento completo e integrado, o que se mostra incompatível com a divisão entre múltiplos fornecedores, podendo gerar riscos à qualidade, à compatibilidade técnica e à execução contratual.

Importa destacar que a Lei Complementar nº 123/2006 condiciona a aplicação dos benefícios à viabilidade técnica e econômica da contratação, não sendo obrigatória quando sua adoção puder comprometer a competitividade, a eficiência ou a obtenção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a não aplicação de cotas reservadas ou exclusividade para ME/EPP mostra-se medida técnica e juridicamente adequada, preservando a competitividade, a padronização do objeto e a eficiência da contratação, sem prejuízo da participação dessas empresas no certame em igualdade de condições.

13. COMPARATIVO COM CONTRATAÇÕES SIMILARES REALIZADAS POR OUTROS ENTES PÚBLICOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Com o objetivo de aferir a compatibilidade dos valores estimados com o mercado e reforçar a análise de vantajosidade da futura contratação, procedeu-se à verificação de contratações similares realizadas por outros entes públicos, envolvendo a aquisição de ambulâncias e veículos adaptados para utilização em serviços de saúde.

A análise comparativa de contratações públicas similares constitui instrumento auxiliar de avaliação de preços, permitindo verificar o comportamento do mercado, a diferença entre valores estimados e valores adjudicados, bem como a existência de variações decorrentes da competitividade, das especificações técnicas, dos quantitativos, da localização do fornecimento, das condições de entrega, da adaptação veicular e dos equipamentos exigidos em cada processo.

Ressalta-se, contudo, que os dados de contratações similares devem ser analisados com cautela, uma vez que ambulâncias podem apresentar diferenças relevantes de especificação, tais como tipo de veículo, porte, motorização, compartimento assistencial, equipamentos embarcados, sistema de oxigênio, sinalização acústica e luminosa, mobiliário interno, padrão de adaptação, garantia, regularização veicular e demais exigências técnicas. Assim, os processos comparados servem como parâmetro auxiliar, não substituindo a pesquisa de preços específica realizada para os itens objeto da presente contratação.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo de processos licitatórios similares identificados:

Processo licitatório	Município	Valor de referência	Valor adjudicado	Economia aproximada
PE 004/2026	Brasil Novo/PA	R\$ 314.116,67	R\$ 269.900,00	14,08%
PE 009/2026-001	Ipixuna do Pará/PA	R\$ 167.805,10	R\$ 167.795,00	0,01%
PE 25/2025	Palestina do Pará/PA	R\$ 160.398,17	R\$ 154.600,00	3,61%

A análise dos dados evidencia variação entre os percentuais de economia obtidos nos certames, o que demonstra que o comportamento do mercado para aquisição de ambulâncias não é uniforme, sendo influenciado por fatores técnicos, comerciais, logísticos e concorrenciais.

No caso do Município de Brasil Novo/PA, observa-se economia mais expressiva, de aproximadamente 14,08%, indicando possível cenário de maior competitividade, condições comerciais mais favoráveis ou maior margem entre o valor estimado e o valor efetivamente adjudicado.

No certame realizado pelo Município de Ipixuna do Pará/PA, a variação entre o valor estimado e o valor adjudicado foi mínima, correspondente a aproximadamente 0,01%, o que pode indicar que o valor de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

referência já se encontrava bastante aderente à realidade de mercado, com baixa margem para redução na fase competitiva.

Já o Município de Palestina do Pará/PA apresentou economia aproximada de 3,61%, demonstrando redução moderada entre o valor estimado e o valor adjudicado, compatível com cenário de disputa regular e estimativa relativamente próxima ao valor de mercado.

A análise conjunta dos dados permite observar que:

- a.** Há variação natural nos percentuais de economia entre processos semelhantes;
- b.** O mercado de ambulâncias pode apresentar baixa elasticidade de preços, especialmente quando as especificações técnicas são detalhadas e padronizadas;
- c.** Valores estimados bem elaborados tendem a gerar menor variação na fase de lances;
- d.** A competitividade depende diretamente da quantidade de fornecedores aptos, das exigências técnicas, da atratividade do certame, do prazo de entrega e das condições logísticas;
- e.** A comparação com outros entes deve observar a equivalência técnica entre os objetos, evitando equiparação indevida entre ambulâncias de portes, finalidades ou padrões de adaptação distintos.

No presente processo, a pesquisa de preços específica indicou valor unitário estimado de R\$ 408.250,00 para a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e valor unitário estimado de R\$ 383.700,00 para as Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, resultando em valor global estimado de R\$ 1.175.650,00.

Considerando que a Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, possui especificações técnicas mais robustas, maior complexidade de adaptação, equipamentos assistenciais, sistema de oxigênio, sinalização, mobiliário interno e requisitos próprios do Ministério da Saúde, é natural que seu valor seja superior ao de ambulâncias de menor porte ou de simples remoção com especificações menos complexas.

Da mesma forma, as Ambulâncias de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4, possuem características específicas, especialmente tração 4x4, capacidade de circulação em áreas rurais e localidades de difícil acesso, adaptação com baú, sistema elétrico, climatização do compartimento do paciente, maca, sistema de oxigênio e demais elementos próprios do transporte sanitário, fatores que influenciam diretamente o valor estimado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, as contratações similares analisadas servem como referência complementar para compreensão do comportamento do mercado, mas a aceitabilidade dos preços no presente processo deverá observar prioritariamente a pesquisa de preços específica, o mapa comparativo, o memorial de cálculo, a curva ABC, as especificações técnicas dos itens e a compatibilidade dos valores com as condições reais da contratação.

Conclui-se que a estimativa adotada no presente processo deve ser analisada à luz das especificações próprias dos veículos pretendidos, não havendo, a partir dos parâmetros comparativos apresentados, elemento suficiente para indicar sobrepreço ou subavaliação. A fase competitiva do certame poderá resultar em redução dos valores estimados, especialmente se houver participação efetiva de fornecedores aptos, sem prejuízo da análise de exequibilidade e conformidade técnica das propostas.

14. ATENÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS COM VALORES INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVOS

No âmbito do procedimento licitatório, torna-se indispensável a análise criteriosa das propostas apresentadas, especialmente no que se refere à identificação de valores manifestamente inexequíveis ou excessivos, a fim de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração sem comprometer a execução contratual, a qualidade dos veículos ou a economicidade da contratação.

Considerando que o objeto consiste na aquisição de ambulâncias novas, zero quilômetro, devidamente adaptadas para uso na Rede Municipal de Saúde, trata-se de bens permanentes com especificações técnicas relevantes, cujos custos envolvem veículo base, adaptação veicular, equipamentos obrigatórios, sistema elétrico, sistema de oxigênio, sinalização acústica e luminosa, mobiliário interno, maca, climatização, regularização veicular, garantia, assistência técnica, transporte e entrega.

Propostas com valores significativamente inferiores aos preços praticados no mercado podem indicar risco concreto de inexecução contratual, entrega de veículos em desconformidade com as especificações, utilização de componentes de qualidade inferior, ausência de regularização adequada, supressão de equipamentos exigidos, atraso na entrega ou tentativa posterior de recomposição financeira por meio de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Da mesma forma, propostas com valores superiores ao orçamento estimado ou incompatíveis com os parâmetros de mercado deverão ser analisadas com cautela, por indicarem possível ausência de competitividade, sobrepreço ou desvantagem econômica para a Administração, podendo ser recusadas quando não demonstrada sua justificativa técnica, comercial ou operacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A análise comparativa com contratações similares demonstra que os percentuais de economia entre valores estimados e adjudicados podem variar conforme as especificações, a competitividade e as condições do certame. Entretanto, tais parâmetros não devem ser utilizados de forma isolada ou automática, devendo a Administração considerar a pesquisa de preços específica do processo, o valor estimado por item, as especificações técnicas exigidas e a compatibilidade da proposta com o objeto.

Para o presente processo, deverão ser utilizados como referência os seguintes valores estimados:

Item	Descrição resumida	Valor unitário estimado	Quantidade	Valor total estimado
1	Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida	R\$ 408.250,00	1	R\$ 408.250,00
2	Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4	R\$ 383.700,00	2	R\$ 767.400,00
	Valor global estimado			R\$ 1.175.650,00

Durante a fase de julgamento, caso sejam identificadas propostas com valores muito inferiores aos parâmetros de mercado ou aparentemente incompatíveis com os custos mínimos de fornecimento, adaptação, equipamentos, documentação, garantia e entrega, deverá ser realizada diligência para comprovação da exequibilidade, podendo ser exigida composição de custos, comprovação de fornecimento anterior, catálogos, notas fiscais, declaração do fabricante, comprovação de disponibilidade do veículo, custos de adaptação e demais documentos pertinentes.

A diligência para apuração de exequibilidade não tem por finalidade restringir a competitividade, mas assegurar que a proposta vencedora seja efetivamente capaz de atender ao objeto contratado, com qualidade, segurança, conformidade técnica e regularidade documental.

No mesmo sentido, propostas superiores ao valor estimado deverão ser avaliadas quanto à sua compatibilidade com a pesquisa de preços e com o orçamento da Administração. Não demonstrada a vantajosidade ou a justificativa técnica para o valor ofertado, a proposta poderá ser recusada, observadas as regras do edital, do Termo de Referência e da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Administração deverá adotar, durante o certame, medidas preventivas e mitigadoras, com destaque para:

- Análise da compatibilidade das propostas com os valores estimados por item;
- Realização de diligência sempre que houver indícios de inexecutabilidade, sobrepreço ou inconsistência técnica;
- Exigência de comprovação objetiva da composição de custos, quando necessário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- d) Verificação da conformidade dos veículos ofertados com as especificações técnicas do edital e do termo de referência;
- e) Análise de catálogos, fichas técnicas, declarações, registros, certificações e documentos de adaptação;
- f) Verificação da capacidade operacional e comercial do licitante para fornecimento dos veículos;
- g) Conferência da garantia, assistência técnica, prazo de entrega e regularização veicular;
- h) Utilização dos parâmetros de mercado e da pesquisa de preços como referência para julgamento;
- i) Recusa de propostas que não comprovem a exequibilidade ou que não atendam integralmente às especificações exigidas;
- j) Preservação do julgamento objetivo, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalta-se que a Administração não deverá selecionar proposta apenas pelo menor preço aparente, sendo indispensável verificar se o produto ofertado atende integralmente às exigências técnicas, legais, sanitárias, veiculares e operacionais previstas no edital e no Termo de Referência.

As ações preventivas visam reduzir riscos de contratação inadequada, evitar prejuízos à Administração, proteger o interesse público, preservar a qualidade dos bens, garantir segurança aos pacientes e profissionais e assegurar a adequada execução contratual.

Dessa forma, a identificação e análise de propostas inexequíveis ou excessivas constituem etapa essencial para garantir que a futura contratação seja economicamente vantajosa, juridicamente segura e tecnicamente compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, julgamento objetivo e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, constata-se que:

- Municípios com altas economias percentuais podem estar sujeitas a propostas de risco, com potenciais reflexos na qualidade e no cumprimento contratual.
- Municípios com economias mínimas indicam baixa competitividade, o que reforça a necessidade de medidas que estimulem maior participação de fornecedores sérios e preparados.

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

Obs. 01: A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Ourém. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. **Banco do Brasil, c/c nº 109001-1, agência: 815-X, PM0 Caução, CNPJ: 05.149.133/0001-48.**
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Ourém, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 02: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

Obs. 03: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Obs. 04: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 05: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

Obs. 06: Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

Obs. 07: No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

Obs. 08: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

14.2. SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

ITENS DE RELEVÂNCIA:

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação.

No presente certame, com fundamento no referido dispositivo legal, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para os itens cuja relevância seja igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor global estimado da contratação, por serem considerados tecnicamente sensíveis e de impacto direto na efetiva execução do objeto licitado, conforme Art. 67 da Lei 14.133/2021. Essa medida visa assegurar que o contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos similares, com grau de complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e outros prejuízos à Administração Pública.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

DEMONSTRATIVO DE RELEVÂNCIA DOS SEGMENTOS E EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA

Após análise da natureza do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias, de simples remoção, tipo furgão, verifica-se que se trata de contratação com elevado grau de relevância técnica, operacional e funcional, uma vez que os veículos serão destinados diretamente à prestação de serviço público essencial na área da saúde.

Diferentemente de objetos compostos por múltiplos itens de natureza diversa, a presente contratação envolve bem único, padronizado e de alta complexidade relativa, cuja execução exige não apenas fornecimento do veículo, mas também sua correta adaptação, regularização e conformidade com



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

normas técnicas específicas. Nesse contexto, o objeto assume relevância integral (100%) dentro do processo, não sendo possível segmentar sua importância ou relativizar sua execução.

Dessa forma, a exigência de comprovação de capacidade técnica mostra-se plenamente cabível e necessária, uma vez que a execução inadequada do objeto pode comprometer diretamente a segurança dos pacientes, a qualidade do serviço prestado e a efetividade da política pública de saúde.

DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Considerando a relevância integral do objeto, será exigida a comprovação de capacidade técnica por meio da apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução anterior de fornecimento de veículos automotores compatíveis com o objeto da contratação, especialmente ambulâncias ou veículos adaptados para uso em saúde.

A exigência fundamenta-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir qualificação técnica compatível com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, com o objetivo de assegurar a adequada execução contratual.

No presente caso, considerando que o objeto não admite fracionamento técnico e possui natureza única, a totalidade da contratação configura parcela relevante, legitimando a exigência de comprovação de experiência anterior.

DO SEGMENTO DE COMPROVAÇÃO – NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá observar a natureza e as características do item arrematado, mediante apresentação de atestado ou declaração que demonstre experiência anterior no fornecimento de veículo automotor do tipo ambulância ou de veículo devidamente adaptado para transporte sanitário.

Não será admitida comprovação genérica referente exclusivamente ao fornecimento de veículos comuns, sem adaptação ou transformação compatível com a finalidade sanitária do objeto.

A delimitação do segmento de comprovação busca assegurar que o licitante possua experiência efetiva em fornecimento com características técnicas semelhantes às do item para o qual se sagrou vencedor, especialmente quanto:

- À adaptação ou transformação veicular;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Ao atendimento às normas técnicas, sanitárias e de trânsito aplicáveis;
- Ao fornecimento de veículos com requisitos técnicos específicos;
- À entrega de veículos devidamente equipados, regularizados e adequados à finalidade de transporte sanitário;
- À compatibilidade com as exigências do Ministério da Saúde, do CONTRAN, da ABNT e dos demais órgãos competentes, conforme aplicável ao item.

Para fins de aferição da compatibilidade, deverão ser observadas as características essenciais do item arrematado, nos seguintes termos:

- a. Para o item correspondente à Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B: será aceita experiência no fornecimento de ambulância do tipo furgão, destinada ao suporte básico ou avançado de vida, devidamente adaptada e equipada;
- b. Para o item correspondente à Ambulância de Simples Remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4: será aceita experiência no fornecimento de ambulância de simples remoção ou de veículo pick-up devidamente adaptado para transporte sanitário.

Não será exigida identidade absoluta entre o objeto anteriormente fornecido e o item licitado, bastando que o atestado demonstre similaridade e compatibilidade quanto à natureza, complexidade técnica e finalidade do fornecimento.

DO QUANTITATIVO MÍNIMO DE COMPROVAÇÃO

Será exigida a comprovação de fornecimento anterior de, no mínimo, 1 (uma) unidade de veículo com características semelhantes e compatíveis com o item arrematado.

Caso o licitante seja vencedor de mais de um item, deverá comprovar a experiência mínima correspondente a cada item arrematado, podendo utilizar um mesmo atestado, desde que o documento demonstre, de maneira clara, o fornecimento de objetos compatíveis com cada um dos respectivos itens.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da experiência exigida, desde que os documentos apresentados, individualmente ou em conjunto, permitam verificar o atendimento às características técnicas e ao quantitativo mínimo estabelecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA EXIGÊNCIA

A exigência de comprovação do fornecimento anterior de, no mínimo, 1 (uma) unidade semelhante ao item arrematado mostra-se adequada, proporcional e compatível com a natureza da contratação.

Embora o objeto envolva veículos especializados, adaptados e destinados à prestação de serviços públicos essenciais de saúde, o quantitativo previsto para cada item é reduzido. Por essa razão, a exigência de percentual equivalente a 50% ou de quantitativo superior a uma unidade poderia restringir indevidamente a competitividade, especialmente em relação ao item composto por apenas uma Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B.

A exigência de uma unidade permite verificar se o licitante já realizou fornecimento de natureza e complexidade semelhantes, sem impor condição excessiva ou desproporcional à dimensão da contratação.

A comprovação busca assegurar que o futuro contratado possua experiência mínima relacionada:

- Ao fornecimento de veículos especializados;
- À adaptação ou transformação veicular;
- À instalação dos equipamentos e acessórios exigidos;
- À regularização documental do veículo transformado;
- Ao atendimento às normas técnicas, sanitárias e de trânsito aplicáveis;
- À entrega do objeto em condições de imediata utilização pela Administração.

A medida contribui para mitigar riscos de inexecução contratual, atrasos, inadequações técnicas, falhas na adaptação dos veículos e entrega de bens em desacordo com as especificações, preservando a continuidade e a segurança dos serviços públicos de saúde.

Dessa forma, a exigência de experiência mínima correspondente a uma unidade semelhante ao item arrematado equilibra a necessidade de aferição da capacidade técnica do licitante com a preservação da competitividade, da razoabilidade e da proporcionalidade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

➤ OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

14.3. COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A verificação da exequibilidade das propostas constitui medida essencial para assegurar que os valores ofertados sejam compatíveis com os custos efetivos do fornecimento e permitam a execução integral do objeto, sem comprometimento da qualidade, dos prazos, das especificações técnicas e das demais obrigações contratuais.

Considerando a natureza especializada do objeto, que envolve o fornecimento de veículos novos, devidamente adaptados, equipados, regularizados e entregues em condições de imediata utilização pela Administração, a análise da exequibilidade deverá considerar não apenas o valor do veículo-base, mas também todos os custos relacionados à transformação veicular, aos equipamentos, aos acessórios, à documentação, ao emplacamento, ao transporte, aos tributos, à garantia e às demais despesas necessárias ao cumprimento da contratação.

Para este processo, serão consideradas como portadoras de indícios de inexecução as propostas que apresentarem valor igual ou inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado pela Administração, correspondente a uma economia de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais em relação ao valor estimado para o respectivo item.

O percentual estabelecido funcionará exclusivamente como parâmetro objetivo para a instauração de diligência, não implicando a desclassificação automática da proposta. Identificado o indício de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

inexequibilidade, a licitante será convocada para demonstrar, de forma fundamentada e documentalmente comprovada, a viabilidade econômica e operacional do valor ofertado.

A diligência será realizada após o encerramento da fase de lances e antes da conclusão do julgamento da proposta e do prosseguimento para a fase de habilitação.

Para comprovação da exequibilidade, poderá ser exigida da licitante, conforme as características do item arrematado, a apresentação dos seguintes documentos:

- Planilha detalhada de composição de custos;
- Proposta comercial ou orçamento do fabricante, da montadora, da concessionária, da transformadora ou dos fornecedores envolvidos;
- Notas fiscais de aquisição anteriores ou documentos equivalentes;
- Contratos, atas de registro de preços ou instrumentos que demonstrem fornecimentos anteriores por valores compatíveis;
- Demonstrativo do custo do veículo-base;
- Demonstrativo dos custos de adaptação e transformação veicular;
- Demonstrativo dos custos dos equipamentos, acessórios e itens obrigatórios;
- Indicação dos tributos, encargos, fretes, seguros, emplaceamento, licenciamento e demais despesas incidentes;
- Comprovação de descontos comerciais, benefícios fiscais, estoque próprio, condições especiais de aquisição ou outros fatores que justifiquem o valor ofertado;
- Declaração formal de que o preço proposto contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto;
- Outros documentos considerados pertinentes pelo agente de contratação ou pelo pregoeiro.

A documentação apresentada será analisada pelo agente de contratação ou pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe técnica, da unidade requisitante ou de outros setores competentes, quando necessário.

A proposta somente será desclassificada quando, após a realização da diligência e a análise dos elementos apresentados, ficar demonstrado que:

- O valor ofertado não cobre os custos necessários à execução integral do objeto;
- A composição de custos apresenta inconsistências relevantes ou valores incompatíveis com o mercado;
- Os documentos apresentados são insuficientes para demonstrar a viabilidade da proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- A licitante deixar de apresentar a documentação solicitada no prazo estabelecido;
- A justificativa apresentada depender de condições futuras, incertas ou não comprovadas;
- O preço ofertado comprometer a qualidade, a segurança, os prazos ou o atendimento das especificações técnicas.

As condições, os documentos exigíveis, o prazo para resposta à diligência e os critérios de análise deverão ser disciplinados de forma detalhada no tópico referente à Fase de Julgamento das Propostas do edital.

A adoção desse procedimento preventivo fortalece a transparência, a eficiência, a segurança jurídica e a boa governança da contratação, reduzindo os riscos de propostas meramente especulativas, inexecução contratual, atrasos, pedidos indevidos de reequilíbrio econômico-financeiro e fornecimento de veículos em desacordo com as especificações estabelecidas pela Administração.

15. REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA ESTA LICITAÇÃO

A seguir, estabelecem-se os requisitos necessários para assegurar que o fornecimento das ambulâncias objeto da contratação atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, desempenho operacional, durabilidade, conformidade técnica e regularidade documental exigidos para o adequado funcionamento dos serviços de urgência, emergência e transporte sanitário do Município de Ourém/PA.

As exigências previstas neste tópico aplicam-se à Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, e às Ambulâncias de Simples Remoção sobre veículo tipo pick-up cabine simples 4x4, observadas as especificações próprias de cada item.

a) Prazo de entrega

Os veículos deverão ser entregues de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

Fica estabelecido o prazo máximo de **50 (CINQUENTA) DIAS CORRIDOS**, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.

O prazo de entrega poderá ser prorrogado, excepcionalmente, desde que:

- A contratada apresente solicitação formal antes do encerramento do prazo inicialmente estabelecido;
- Sejam demonstrados fatos supervenientes ou circunstâncias alheias à sua vontade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- A justificativa seja devidamente analisada e aceita pela administração;
- A prorrogação não cause prejuízo ao interesse público nem comprometa a finalidade da contratação.

O simples pedido de prorrogação não suspende o prazo contratual, permanecendo a contratada sujeita às sanções cabíveis até a manifestação expressa da Administração.

A fixação do prazo busca assegurar a disponibilização dos veículos em tempo hábil, evitando prejuízos à continuidade e à ampliação dos serviços municipais de saúde.

b) Correção de irregularidades e substituição dos veículos

Os veículos que apresentarem vícios, defeitos de fabricação, falhas de montagem ou adaptação, avarias, divergências técnicas, irregularidades documentais ou quaisquer desconformidades com o edital, o Termo de Referência, a proposta ou o contrato serão recusados pela Administração.

Quando a irregularidade puder ser corrigida sem comprometimento da segurança, da qualidade, da garantia, da estrutura original ou do desempenho do veículo, a contratada poderá ser notificada para realizar o respectivo saneamento no prazo fixado pela Administração, considerando a natureza e a complexidade da correção.

Quando o vício ou a desconformidade:

- Não puder ser corrigido;
- Comprometer a segurança ou a funcionalidade do veículo;
- Afetar a estrutura, a durabilidade ou a garantia;
- Caracterizar divergência relevante em relação às especificações;
- Envolver irregularidade documental impeditiva de registro, licenciamento ou utilização;
- Persistir após tentativa de correção;

a contratada deverá substituir o veículo por outro novo, zero quilômetro, de primeiro uso e plenamente compatível com as especificações exigidas.

A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **40 (QUARENTA) DIAS CORRIDOS**, contado do recebimento da notificação formal da Administração, sem qualquer custo adicional para o Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Nas situações que envolvam risco à segurança, impossibilidade de registro ou licenciamento, adulteração, uso anterior, comprometimento estrutural ou inadequação grave às normas técnicas, o veículo será imediatamente recusado, devendo a contratada adotar, de imediato, as providências necessárias para sua retirada e substituição.

Todos os custos decorrentes da retirada, transporte, correção, regularização, substituição e nova entrega serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

c) Local e horário de entrega

A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço:

Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA

Travessa Cipriano Santos, nº 111, Centro

CEP: 68.640-000 – Ourém/PA

Horário de recebimento: das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, mediante prévio agendamento com a Secretaria Municipal de Saúde.

Os veículos deverão ser entregues completamente montados, adaptados, equipados, adesivados, regularizados, licenciados e aptos à utilização imediata, acompanhados de toda a documentação exigida.

A simples entrega física do veículo no endereço indicado não caracteriza seu recebimento definitivo nem afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

Toda a logística necessária à entrega, incluindo transporte, deslocamento, seguro, carregamento, descarregamento, entrega técnica e demais despesas associadas, será de responsabilidade da contratada.

d) Qualidade, conformidade e padronização

Os veículos deverão ser:

- Novos, zero quilômetro e de primeiro uso;
- Fabricados no ano da contratação ou em ano posterior, conforme estabelecido nas especificações de cada item;
- Entregues sem sinais de uso, desgaste, avarias, reparos estruturais ou modificações não autorizadas;
- Originais de fábrica quanto ao veículo-base;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Transformados e adaptados por empresa tecnicamente habilitada;
- Plenamente compatíveis com as especificações do termo de referência;
- Adequados à finalidade de urgência, emergência ou transporte sanitário prevista para cada item;
- Entregues com todos os equipamentos, acessórios e componentes exigidos;
- Devidamente registrados, licenciados e regularizados para utilização como ambulância.

As adaptações e transformações não poderão ser improvisadas nem comprometer a estrutura, a segurança, a garantia, o desempenho ou a vida útil do veículo.

Deverão ser observadas, conforme aplicável a cada item:

- A Portaria GM/MS nº 2.048/2002;
- O Código de Trânsito Brasileiro;
- As resoluções e regulamentações do CONTRAN;
- As normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- As normas sanitárias e de segurança pertinentes;
- As exigências do Ministério da Saúde;
- As exigências de registro e regularização perante a BIN, o DETRAN e os demais órgãos competentes;
- As especificações técnicas estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

Os veículos deverão ser entregues acompanhados, no mínimo, dos seguintes documentos:

- Nota fiscal;
- Certificado de registro e licenciamento de veículo ou documento equivalente;
- Comprovante de registro da transformação e da nova classificação do veículo, quando aplicável;
- Manuais do veículo, dos equipamentos e dos acessórios;
- Certificado ou termo de garantia;
- Relação dos equipamentos instalados;
- Documentos técnicos, certificados, laudos e declarações exigidos para o respectivo item;
- Identificação do fabricante, marca, modelo, versão, ano de fabricação e ano-modelo;
- Documentação necessária à imediata utilização pela Administração.

Serão rejeitados os veículos que apresentarem:

- Divergências em relação às especificações técnicas;
- Falhas de fabricação, montagem ou adaptação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Irregularidades documentais;
- Sinais de uso, desgaste, avaria ou reparo estrutural;
- Equipamentos incompletos, incompatíveis ou inadequadamente instalados;
- Ausência de documentos, manuais, certificados ou laudos exigidos;
- Desconformidade com normas técnicas, sanitárias ou de trânsito;
- Qualquer condição que comprometa a segurança, a funcionalidade ou a imediata utilização do bem.

e) Responsabilidade logística

A contratada deverá assegurar que o transporte dos veículos seja realizado em condições adequadas, preservando sua integridade física, mecânica, elétrica, eletrônica, estrutural e funcional até a efetiva entrega à Administração.

Durante o transporte e a entrega, deverão ser adotadas medidas de proteção contra:

- Colisões, riscos e amassados;
- Exposição inadequada às intempéries;
- Danos aos equipamentos e acessórios instalados;
- Desgaste indevido;
- Violação ou perda de componentes;
- Comprometimento das adaptações e da identidade visual.

A contratada responderá integralmente por danos, avarias, extravios ou deteriorações ocorridas até o recebimento provisório dos veículos.

Caso seja constatado qualquer dano ou desconformidade no ato da entrega, a Administração poderá recusar o recebimento, sem prejuízo da obrigação de correção ou substituição e da aplicação das sanções cabíveis.

f) Recebimento e inspeção

O recebimento dos veículos ocorrerá em duas etapas:

Recebimento provisório: realizado no momento da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, da documentação e das condições aparentes dos veículos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Recebimento definitivo: realizado após inspeção técnica e administrativa destinada a verificar a conformidade integral dos veículos com as especificações, a proposta, os documentos da contratação e as normas aplicáveis.

A inspeção poderá compreender, entre outros procedimentos:

- Conferência da marca, modelo, versão, ano e número do chassi;
- Verificação da condição de veículo zero quilômetro;
- Análise da documentação e da regularização;
- Conferência dos equipamentos, acessórios e adaptações;
- Verificação do funcionamento dos sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, luminosos e acústicos;
- Verificação dos sistemas de climatização e oxigênio;
- Conferência da identidade visual;
- Teste de funcionamento e rodagem;
- Avaliação por servidor, comissão ou profissional técnico designado.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação, falhas de adaptação ou desconformidades constatadas posteriormente.

g) Conformidade legal e responsabilidades da contratada

A contratada deverá cumprir integralmente a Lei nº 14.133/2021, as normas de trânsito, as normas sanitárias, as disposições do Ministério da Saúde e as demais regras aplicáveis ao fornecimento e à transformação de veículos destinados à saúde.

Durante toda a execução contratual, deverá:

- Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- Manter regularidade fiscal, social e trabalhista;
- Responder integralmente pela qualidade do veículo-base e de sua transformação;
- Assegurar a regularização documental dos veículos;
- Atender às normas do ministério da saúde, do contran, da abnt e dos demais órgãos competentes;
- Prestar assistência técnica durante o período de garantia;
- Corrigir vícios, defeitos e desconformidades identificados;
- Responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros;
- Cumprir os prazos de entrega, correção e substituição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Fornecer todos os documentos, manuais, certificados e laudos exigidos.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação integral do objeto, a cessão ou a transferência da responsabilidade contratual a terceiros.

Considerando que o objeto envolve o fornecimento de veículo-base e a execução de transformação veicular especializada, será admitida a execução da adaptação ou transformação por empresa especializada, fabricante ou transformadora, desde que:

- essa condição seja informada pela licitante;
- a empresa responsável pela transformação possua habilitação técnica e legal compatível;
- sejam atendidas todas as normas técnicas, sanitárias e de trânsito aplicáveis;
- a contratada permaneça integralmente responsável perante a Administração;
- não haja transferência das obrigações contratuais;
- a subcontratação não comprometa a qualidade, a garantia, a segurança ou os prazos;
- haja prévia autorização da Administração, quando exigida no edital ou no contrato.

Também será admitida a contratação de terceiros exclusivamente para a execução do transporte e da logística de entrega.

Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá como única responsável:

- pelo fornecimento integral do objeto;
- pela qualidade do veículo-base;
- pela adaptação e transformação;
- pela instalação dos equipamentos;
- pela regularização e documentação;
- pela garantia e assistência técnica;
- pelo cumprimento dos prazos;
- pelos atos, falhas e omissões das empresas por ela contratadas.

A admissão de empresa especializada para transformação e logística não cria vínculo entre a Administração e a terceira contratada, nem reduz ou exclui a responsabilidade da contratada principal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

17. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Considerando as especificidades técnicas e operacionais relacionadas à aquisição de veículos automotores, especialmente no âmbito da administração pública, justifica-se a exigência de garantia por parte dos fornecedores como condição indispensável para assegurar a durabilidade, funcionalidade e qualidade dos bens

adquiridos.

A exigência de garantia encontra pleno respaldo no princípio da eficiência administrativa, e visa resguardar o interesse público, evitando custos adicionais com manutenções corretivas, paralisações operacionais e substituições prematuras. Ressalta-se que veículos adquiridos pela Administração são, em regra, submetidos a uso intensivo e contínuo, o que reforça a necessidade de proteção contratual quanto à qualidade e desempenho.

Nesse sentido, a garantia mínima será de **36 (TRINTA E SEIS) MESES** para os veículos, conforme descrição, contados a partir da data do recebimento definitivo, abrangendo integralmente os componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, estruturais e demais sistemas do veículo, bem como a mão de obra necessária para eventuais reparos, conforme padrões estabelecidos pelo fabricante.

18. DO EMPLACAMENTO E DA REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Os veículos deverão ser entregues devidamente registrados, licenciados, emplacados e completamente regularizados em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURÉM/PA, inscrito no CNPJ nº 09.649.183/0001-45, ou conforme indicação expressa constante da Ordem de Fornecimento e do instrumento contratual, em condições plenas de circulação e utilização imediata pela Administração.

A contratada será integralmente responsável pela adoção de todos os procedimentos administrativos necessários perante os órgãos competentes para realização do primeiro registro, licenciamento, emplacamento, emissão das placas de identificação veicular e demais atos relacionados à regularização dos veículos.

A regularização deverá observar o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, as resoluções e regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, as normas e procedimentos do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA e as demais disposições aplicáveis aos veículos automotores novos e aos veículos transformados ou adaptados para utilização como ambulância.

Além da regularização do veículo-base, a contratada deverá providenciar, conforme aplicável a cada item:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- O registro da transformação ou adaptação realizada;
- A atualização das informações do veículo na base índice nacional – bin;
- A inclusão da classificação e da espécie correspondentes à utilização como ambulância;
- A emissão do certificado de segurança veicular – CSV, quando exigível;
- A obtenção dos laudos, certificados e autorizações necessários;
- O registro das alterações de carroceria, capacidade, finalidade ou demais características modificadas;
- A regularização da ambulância padrão SAMU 192, furgão tipo b;
- A regularização das ambulâncias de simples remoção, tipo pick-up cabine simples 4x4;
- O atendimento às demais exigências necessárias à circulação regular e à utilização imediata dos veículos no serviço público de saúde.

Os veículos deverão ser entregues com a classificação, a espécie, o tipo, a carroceria e as demais informações cadastrais compatíveis com a respectiva configuração final, não sendo admitida a entrega de veículo registrado apenas como furgão, caminhonete, pick-up ou veículo de carga, sem o devido registro da transformação e de sua finalidade como ambulância.

Deverão ser observadas as regras referentes à comercialização regular de veículos automotores novos, ao fornecimento de veículos zero quilômetro, ao primeiro emplacamento e à transformação veicular, assegurando-se à Administração o recebimento de bens aptos à incorporação patrimonial e à utilização institucional.

A contratada deverá observar o tratamento tributário aplicável aos veículos de propriedade dos entes públicos, inclusive quanto à imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal, adotando as providências necessárias ao correto cadastramento do proprietário e ao respectivo enquadramento tributário perante os órgãos estaduais competentes.

Todos os custos relacionados ao primeiro registro, emplacamento, licenciamento, emissão de placas, vistorias, certificado de Segurança Veicular, atualização da BIN, taxas administrativas, serviços de despachante e demais despesas necessárias à completa regularização documental dos veículos deverão estar obrigatoriamente inclusas nos preços ofertados.

Não será admitida cobrança posterior, pedido de reembolso ou transferência de responsabilidade à Administração relativamente às despesas necessárias à regularização dos veículos, ressalvadas exclusivamente as obrigações que, por imposição legal, devam ser praticadas diretamente pelo proprietário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A exigência de entrega dos veículos devidamente registrados, emplacados e regularizados tem por finalidade:

- Assegurar a imediata incorporação dos bens ao patrimônio público;
- Possibilitar sua utilização logo após o recebimento definitivo;
- Evitar entraves administrativos e atrasos na entrada em operação;
- Garantir a regularidade da frota municipal de saúde;
- Assegurar a continuidade dos serviços de urgência, emergência e transporte sanitário;
- Reduzir riscos relacionados à circulação de veículos com documentação incompleta ou incompatível com sua configuração.

Os veículos somente serão considerados aptos ao recebimento definitivo após a comprovação de sua completa regularização documental, mediante apresentação, conforme aplicável, dos seguintes documentos:

- Nota fiscal emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Ourém/PA;
- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV ou documento digital equivalente;
- Comprovante do primeiro emplacamento;
- Comprovante de registro da transformação ou adaptação;
- Certificado de Segurança Veicular – CSV, quando exigível;
- Comprovante de atualização da Base Índice Nacional – BIN;
- Documentos relativos ao licenciamento e à classificação do veículo como ambulância;
- Laudos, certificados e autorizações exigidos pelos órgãos competentes;
- Demais documentos necessários à comprovação da regularidade para circulação e utilização.

A ausência, irregularidade ou incompatibilidade de qualquer documento impedirá o recebimento definitivo e a correspondente liquidação da despesa, sem prejuízo da concessão de prazo para saneamento, quando cabível, e da aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.

A contratada permanecerá responsável por qualquer erro, omissão ou inconsistência decorrente dos procedimentos de registro, transformação, licenciamento ou emplacamento, devendo providenciar sua correção integral, sem custos adicionais para a Administração.

19. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento, à segregação de funções e à adequada instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá adotar as providências necessárias



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ao regular prosseguimento da contratação destinada à aquisição de 1 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 2 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção sobre veículo tipo pick-up cabine simples 4x4.

a) Designação do gestor e dos fiscais do contrato

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser formalmente designados o gestor e os fiscais responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução contratual, mediante ato específico da autoridade competente.

Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

- Coordenar as atividades relacionadas à execução contratual;
- Acompanhar os prazos e as obrigações assumidas pela contratada;
- Promover os encaminhamentos administrativos necessários;
- Controlar a vigência, as garantias, as ocorrências e os registros do contrato;
- Comunicar à autoridade competente eventuais descumprimentos;
- Adotar as providências necessárias à aplicação de sanções, quando cabível.

Compete ao fiscal do contrato acompanhar diretamente a execução do objeto, especialmente quanto:

- À conformidade dos veículos com as especificações técnicas;
- Ao cumprimento do prazo de entrega;
- À quantidade e ao modelo dos veículos fornecidos;
- À qualidade da transformação e das adaptações realizadas;
- À instalação e ao funcionamento dos equipamentos e acessórios;
- À regularidade documental, ao licenciamento e ao emplacamento;
- Ao cumprimento das obrigações relativas à garantia e à assistência técnica;
- Ao registro e à comunicação de eventuais irregularidades.

A designação deverá considerar a capacidade técnica e administrativa dos agentes, bem como a compatibilidade entre suas atribuições funcionais e as atividades de gestão e fiscalização contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

b) Capacitação e orientação dos responsáveis pela fiscalização

Os servidores designados deverão receber orientação prévia quanto às características do objeto, às condições contratuais, aos procedimentos de recebimento e aos documentos que deverão ser apresentados pela contratada.

Os agentes responsáveis deverão possuir conhecimento mínimo sobre:

- As características da Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B;
- As características das Ambulâncias de Simples Remoção sobre pick-up 4x4;
- Os requisitos técnicos da transformação veicular;
- As normas do Ministério da Saúde, do CONTRAN, da ABNT e dos demais órgãos competentes;
- Os procedimentos de registro da transformação, licenciamento e emplacamento;
- Os equipamentos, sistemas e acessórios obrigatórios;
- As condições de garantia e assistência técnica;
- Os procedimentos de recebimento provisório e definitivo.

Considerando a complexidade técnica do objeto, a Administração poderá contar, no momento da inspeção e do recebimento, com o apoio de servidor ou profissional com conhecimento técnico em mecânica automotiva, engenharia, equipamentos médico-hospitalares, transformação veicular ou área correlata.

Tal providência busca assegurar fiscalização eficiente e reduzir os riscos de recebimento de veículos com falhas de fabricação, adaptação, funcionamento, segurança ou regularização documental.

c) Revisão final dos documentos da contratação

Antes da publicação do edital e da formalização da contratação, deverá ser realizada revisão final e integrada do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, do edital, da minuta contratual e dos respectivos anexos.

A revisão deverá verificar, especialmente:

- A correspondência entre os quantitativos constantes dos documentos;
- A correta identificação dos dois tipos de ambulância;
- A coerência das especificações técnicas;
- A compatibilidade entre o termo de referência, o edital e a minuta contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Os prazos de entrega, correção e substituição;
- As condições de garantia e assistência técnica;
- As exigências de emplacamento e regularização;
- Os critérios de recebimento provisório e definitivo;
- Os requisitos de qualificação técnica;
- Os critérios de julgamento e de análise da exequibilidade;
- As obrigações da contratada e da administração;
- As sanções aplicáveis em caso de inadimplemento.

Após a conclusão do certame, deverá ser novamente conferida a compatibilidade entre a proposta vencedora, o edital, o Termo de Referência e o instrumento contratual, evitando divergências entre os documentos que regerão a execução.

d) Verificação da adequação orçamentária e financeira

Deverá ser confirmada a existência de dotação orçamentária suficiente e compatível com a contratação, observando-se a classificação da despesa, a origem dos recursos e o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Deverá ser verificada, conforme cada item, a vinculação aos recursos disponíveis, inclusive aqueles decorrentes do Plano de Ação nº 09032026-097466 e da Emenda Parlamentar nº 202643560002, quando aplicáveis.

Antes da formalização do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, deverá ser providenciado o prévio empenho da despesa, em conformidade com a legislação orçamentária e financeira.

Também deverá ser verificada a compatibilidade entre os valores adjudicados, os recursos disponíveis e os limites financeiros definidos para a contratação.

e) Controle prévio de legalidade

O processo licitatório, incluindo a minuta do edital, o Termo de Referência, a minuta contratual e os demais documentos relevantes, deverá ser submetido ao órgão de assessoramento jurídico para controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

A análise jurídica deverá verificar, entre outros aspectos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- A regularidade da instrução processual;
- A adequação da modalidade e do critério de julgamento;
- A legalidade das exigências de habilitação;
- A proporcionalidade dos requisitos técnicos;
- A conformidade das cláusulas contratuais;
- As regras de entrega, recebimento, garantia e assistência técnica;
- A previsão de sanções;
- A conformidade entre os documentos da contratação;
- O atendimento às normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, caso utilizado.

Eventuais recomendações ou ressalvas jurídicas deverão ser avaliadas e devidamente atendidas ou justificadas pela área competente antes do prosseguimento do procedimento.

f) Preparação dos procedimentos de recebimento

Antes da entrega dos veículos, a Administração deverá preparar os instrumentos necessários à inspeção e ao recebimento, incluindo, preferencialmente:

- Checklist técnico individualizado para cada item;
- Relação de documentos obrigatórios;
- Formulário de recebimento provisório;
- Termo de inspeção técnica;
- Formulário de registro de não conformidades;
- Termo de recebimento definitivo;
- Registro fotográfico dos veículos e equipamentos;
- Identificação dos servidores responsáveis pela conferência.

Os procedimentos deverão permitir a verificação detalhada do veículo-base, da transformação, dos equipamentos, dos acessórios, da documentação e do funcionamento dos sistemas instalados.

20. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO GESTOR E AO FISCAL DO CONTRATO

Compete ao gestor e ao fiscal acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, verificando o fiel cumprimento das condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e no contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

20.1. Orientações ao gestor do contrato

O gestor deverá:

- Acompanhar a vigência e os prazos contratuais;
- Manter atualizados os registros da execução;
- Coordenar a comunicação entre a contratada, o fiscal e os setores administrativos;
- Acompanhar as obrigações relativas à garantia e à assistência técnica;
- Encaminhar solicitações de prorrogação, alteração ou aplicação de sanções;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- Adotar as providências administrativas decorrentes das informações prestadas pelo fiscal;
- Controlar os documentos necessários à liquidação e ao pagamento;
- Comunicar à autoridade competente situações que possam comprometer a execução.

20.2. Orientações ao fiscal do contrato

O fiscal deverá, especialmente:

- Verificar se os veículos correspondem aos modelos e quantitativos contratados;
- Conferir marca, modelo, versão, ano de fabricação, ano-modelo, chassi e demais elementos de identificação;
- Confirmar que os veículos são novos, zero quilômetro e de primeiro uso;
- Verificar as condições gerais da carroceria, pintura, acabamento, pneus, vidros, componentes e acessórios;
- Conferir a conformidade das transformações e adaptações realizadas;
- Verificar o funcionamento dos sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, luminosos e acústicos;
- Conferir o funcionamento da climatização da cabine e do compartimento do paciente;
- Verificar os sistemas de oxigênio e os demais equipamentos médico-assistenciais;
- Conferir maca, bancos, cintos de segurança, armários, revestimentos, sinalizadores e identidade visual;
- Verificar a compatibilidade das ambulâncias de simples remoção com a configuração pick-up cabine simples 4x4;
- Verificar a compatibilidade da ambulância tipo b com o padrão samu 192 para suporte básico de vida;
- Conferir a regularidade documental, incluindo nota fiscal, crlv, emplacamento, registro da transformação, atualização da bin, certificados, laudos, manuais e termos de garantia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Verificar se os veículos estão registrados em nome do fundo municipal de saúde de ourém/pa ou conforme indicação constante no instrumento contratual;
- Conferir o prazo e as condições da garantia;
- Verificar a disponibilidade de assistência técnica;
- Registrar, preferencialmente por meio de relatório e fotografias, as condições dos veículos no momento da entrega;
- Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade identificada;
- Fixar ou solicitar a fixação de prazo para correção, quando cabível;
- Recusar veículos que apresentem desconformidades impeditivas de utilização;
- Acompanhar o cumprimento dos prazos de correção ou substituição;
- Comunicar ao gestor eventual descumprimento contratual;
- Atestar o recebimento somente após a completa verificação do objeto.

20.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório deverá ser realizado após a entrega física dos veículos e a conferência inicial da quantidade, da identificação e das condições aparentes.

O recebimento definitivo somente deverá ocorrer após:

- A conclusão da inspeção técnica;
- A conferência integral da documentação;
- A realização dos testes necessários;
- A comprovação do emplacamento e da regularização;
- A correção de eventuais não conformidades;
- A confirmação de que os veículos estão aptos à circulação e ao uso imediato.

A assinatura do recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto nem afasta a responsabilidade da contratada por vícios aparentes ou ocultos.

O fiscal não deverá atestar nota fiscal ou autorizar o recebimento definitivo enquanto houver pendências técnicas, documentais ou operacionais capazes de comprometer a regular execução do objeto.

As atividades de gestão e fiscalização deverão observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segurança e interesse público, assegurando a correta execução contratual, a qualidade dos veículos entregues e sua adequada utilização nos serviços municipais de urgência, emergência e transporte sanitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

21. DA FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando que a presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, registra-se que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a indicação de dotação orçamentária poderá ocorrer de forma posterior e vinculada à formalização de cada contrato, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a efetiva disponibilidade financeira e a necessidade da Administração no momento da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços.

Entretanto, considerando a existência de recurso específico oriundo da Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Federal Dilvanda Faro, vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, destinada ao custeio parcial das futuras aquisições decorrentes da presente Ata, registra-se desde já a seguinte dotação orçamentária, a qual contemplará exclusivamente os contratos que vierem a ser executados com utilização do referido recurso:

- **EXERCÍCIO 2026**

1010 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 10 302 0067 2.087 – Manutenção da MACA

Classificação Econômica: 3.3.90.52.00 – Equipamentos e material permanente

Fonte: 15013110.

Registra-se, por oportuno, que a presente dotação não vincula integralmente toda a futura execução da Ata de Registro de Preços, restringindo-se apenas às contratações custeadas com os recursos acima identificados. As demais dotações orçamentárias necessárias à execução de futuros contratos decorrentes da Ata serão oportunamente indicadas quando da formalização dos respectivos instrumentos contratuais, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira vigente à época da contratação.

22. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a adequada execução do objeto, foram analisadas as contratações que possuem relação direta ou indireta com a futura aquisição das ambulâncias, especialmente aquelas necessárias à operação, manutenção, conservação e utilização contínua dos veículos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA.

Não foram identificadas contratações interdependentes cuja ausência impeça a realização da presente licitação ou a entrega dos veículos. A aquisição poderá ser processada de forma autônoma, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de veículos novos, zero quilômetro, devidamente adaptados, equipados, emplacados, licenciados e aptos à utilização imediata pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Entretanto, constituem contratações correlatas à futura utilização das ambulâncias:

- I. Fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e demais insumos necessários à operação da frota;
- II. Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, inclusive revisões obrigatórias durante o período de garantia;
- III. Fornecimento de peças, pneus, baterias, filtros e demais componentes necessários à conservação dos veículos;
- IV. Manutenção e eventual reposição dos equipamentos médico-assistenciais instalados nas ambulâncias;
- V. Serviços de assistência técnica do veículo-base, da transformação veicular e dos equipamentos embarcados;
- VI. Contratação de seguro veicular, caso a Administração considere tecnicamente e economicamente conveniente;
- VII. Capacitação dos condutores e dos profissionais responsáveis pela operação dos equipamentos e pela utilização do compartimento assistencial;
- VIII. Serviços ou materiais destinados à higienização, limpeza e desinfecção dos veículos;
- IX. Eventual contratação de sistemas de rastreamento, monitoramento ou gestão da frota.

As referidas contratações possuem caráter complementar e operacional, não condicionando a conclusão do presente procedimento licitatório. Contudo, deverão ser consideradas pela Secretaria Municipal de Saúde no planejamento da utilização dos veículos, a fim de assegurar a continuidade dos serviços, a preservação das garantias, a segurança dos pacientes e profissionais e a adequada conservação do patrimônio público.

Durante o período de garantia, a Administração deverá observar as orientações dos fabricantes e da empresa responsável pela transformação veicular, especialmente quanto às revisões obrigatórias, à utilização de peças compatíveis e à realização de serviços em rede autorizada, quando exigido para preservação da cobertura contratual.

Também deverá ser verificada, antes da entrada dos veículos em operação, a existência dos contratos ou estruturas administrativas necessárias ao abastecimento, manutenção, higienização, guarda, controle e fiscalização da frota.

Dessa forma, conclui-se que não existem contratações interdependentes impeditivas da presente aquisição, embora existam contratações correlatas que deverão ser planejadas e acompanhadas pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Administração para garantir a plena funcionalidade, a durabilidade e a utilização eficiente das ambulâncias ao longo de sua vida útil.

23.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição e a futura utilização das ambulâncias poderão gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao consumo de combustíveis fósseis, à emissão de gases poluentes, à geração de resíduos decorrentes da manutenção veicular e ao descarte de componentes e materiais ao final de sua vida útil.

Considerando a natureza do objeto e sua finalidade pública essencial, não se mostra possível eliminar integralmente os impactos ambientais associados ao uso dos veículos. Contudo, deverão ser adotadas medidas destinadas à sua redução, prevenção e adequado gerenciamento durante toda a vida útil dos bens.

23.1. Principais impactos ambientais identificados

Entre os principais impactos ambientais relacionados à contratação, destacam-se:

- Emissão de gases poluentes e de efeito estufa durante a utilização dos veículos;
- Consumo de combustível;
- Geração de resíduos provenientes de manutenção preventiva e corretiva;
- Descarte de óleos lubrificantes, filtros, pneus, baterias, peças e componentes automotivos;
- Geração de resíduos decorrentes da substituição de equipamentos e acessórios;
- Consumo de energia elétrica pelos sistemas auxiliares instalados;
- Risco de vazamento de combustíveis, óleos e outros fluidos;
- Geração de embalagens e materiais utilizados no transporte e na entrega dos veículos.

23.2. Requisitos ambientais aplicáveis aos veículos

Os veículos deverão atender às normas ambientais aplicáveis à fabricação, comercialização e circulação de veículos automotores, especialmente aquelas relacionadas aos limites de emissão de poluentes e ruídos.

Deverão ser fornecidos veículos novos, zero quilômetro, dotados de tecnologia compatível com os padrões vigentes de controle de emissões, em conformidade com as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e dos demais órgãos competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A contratada deverá assegurar que os veículos:

- Atendam aos limites de emissão de poluentes vigentes;
- Possuam sistema de escapamento e controle de emissões em perfeito funcionamento;
- Sejam entregues sem vazamentos de combustível, óleo ou outros fluidos;
- Apresentem níveis de ruído compatíveis com a legislação;
- Utilizem componentes e materiais adequados às normas ambientais e de segurança;
- Sejam acompanhados dos manuais de operação e manutenção.

23.3. Medidas mitigadoras durante a execução contratual

A contratada deverá adotar medidas destinadas à redução dos impactos ambientais decorrentes do fornecimento, incluindo:

- Utilização de transporte adequado para entrega dos veículos;
- Prevenção de vazamentos, danos e avarias durante o deslocamento;
- Redução do uso desnecessário de embalagens;
- Utilização preferencial de materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento;
- Retirada e destinação adequada das embalagens, proteções e resíduos gerados na entrega;
- Cumprimento das normas ambientais aplicáveis à transformação e adaptação veicular;
- Utilização de componentes, revestimentos e materiais que não representem risco à saúde ou ao meio ambiente;
- Adoção de procedimentos que evitem desperdícios de materiais, energia e recursos.

23.4. Manutenção preventiva e redução de emissões

A Administração deverá assegurar a realização periódica de manutenção preventiva dos veículos, observando as recomendações do fabricante e da empresa responsável pela transformação.

A manutenção preventiva contribui para:

- Reduzir o consumo de combustível;
- Diminuir a emissão de poluentes;
- Prevenir vazamentos de óleo e combustível;
- Aumentar a vida útil dos veículos;
- Reduzir a necessidade de substituição prematura de peças;
- Evitar geração excessiva de resíduos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Assegurar o funcionamento eficiente dos sistemas mecânicos e elétricos.

Deverão ser realizadas inspeções periódicas nos sistemas de motor, escapamento, alimentação, freios, pneus, climatização e demais componentes capazes de influenciar o desempenho ambiental dos veículos.

23.5. Gestão e destinação de resíduos

Os resíduos gerados durante as manutenções deverão receber destinação ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente.

Deverão ser destinados de forma adequada, especialmente:

- Óleos lubrificantes usados ou contaminados;
- Filtros de óleo e combustível;
- Pneus inservíveis;
- Baterias automotivas;
- Componentes elétricos e eletrônicos;
- Fluidos automotivos;
- Peças metálicas, plásticas e de borracha;
- Embalagens de produtos químicos e lubrificantes.

A contratada, durante o período de garantia, e as empresas responsáveis pelas futuras manutenções deverão observar as regras de logística reversa aplicáveis, especialmente para pneus, baterias, óleos lubrificantes, embalagens e componentes eletroeletrônicos.

Não será admitido o descarte de resíduos em locais inadequados, redes de drenagem, cursos d'água, solo ou lixo comum, quando houver exigência de tratamento ou destinação específica.

23.6. Uso racional dos veículos

A Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar práticas de utilização racional da frota, incluindo:

- Planejamento de rotas;
- Controle de deslocamentos;
- Redução de viagens desnecessárias;
- Acompanhamento do consumo de combustível;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Orientação dos condutores;
- Prevenção de acelerações e frenagens bruscas;
- Controle periódico da calibragem dos pneus;
- Desligamento do motor em períodos prolongados de espera, quando operacionalmente possível;
- Monitoramento das condições de funcionamento dos veículos.

Essas medidas contribuem para a redução do consumo de combustível, das emissões atmosféricas, do desgaste prematuro dos componentes e dos custos operacionais da frota.

23.7. Vida útil e descarte final

Ao final da vida útil dos veículos, equipamentos e componentes, a Administração deverá adotar procedimentos adequados de desfazimento, reaproveitamento, alienação, reciclagem ou destinação final.

Deverá ser priorizado, sempre que técnica e economicamente viável:

- O reaproveitamento de peças e componentes;
- A reciclagem de materiais;
- A logística reversa;
- O descarte por empresas licenciadas;
- A observância das normas patrimoniais e ambientais aplicáveis.

23.8. Conclusão

Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, desde que sejam observadas as medidas preventivas e mitigadoras previstas neste estudo.

A aquisição de veículos novos, em conformidade com os padrões atuais de emissão, aliada à manutenção preventiva, ao uso racional da frota e à destinação adequada dos resíduos, contribuirá para reduzir os efeitos ambientais da contratação e ampliar a eficiência operacional dos serviços municipais de saúde.

Dessa forma, a contratação mostra-se ambientalmente viável, condicionada ao cumprimento das normas aplicáveis e à adoção das medidas de sustentabilidade e gerenciamento ambiental estabelecidas neste tópico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

24. MAPA DE RISCOS

O presente Mapa de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas de tratamento para eventos que possam comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor, a formalização da contratação, a entrega, o recebimento e a adequada utilização das ambulâncias.

A análise considera a aquisição de 1 (uma) Ambulância Padrão SAMU 192, Furgão Tipo B, para Suporte Básico de Vida, e 2 (duas) Ambulâncias de Simples Remoção sobre veículo tipo pick-up cabine simples 4x4, devidamente adaptadas e regularizadas.

Para fins de avaliação, adotam-se os seguintes critérios:

- Probabilidade: baixa, média ou alta;
- Impacto: baixo, médio ou alto;
- Nível de risco: baixo, médio, alto ou crítico;
- Tratamento: medidas preventivas e corretivas destinadas à redução da probabilidade ou do impacto do evento



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

24.1. Quadro de identificação e tratamento dos riscos

Nº	Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de risco	Medidas preventivas e mitigadoras	Responsável
1	Planejamento	Especificações técnicas inadequadas, excessivas ou incompatíveis com o mercado	Falha na definição do objeto, utilização de descrições desatualizadas ou ausência de revisão técnica	Restrição à competitividade, impugnações, fracasso do certame ou aquisição de veículo inadequado	Média	Alto	Alto	Revisar as especificações; verificar compatibilidade com normas técnicas; evitar direcionamento de marca; realizar análise de mercado; submeter os descritivos à equipe técnica da saúde	Equipe de planejamento e Secretaria Municipal de Saúde
2	Planejamento	Divergência entre ETP, Termo de Referência, edital, minuta contratual e Plano de Ação	Falha de integração entre os documentos	Insegurança jurídica, impugnações, dificuldades no julgamento e na execução	Média	Alto	Alto	Realizar revisão final integrada; conferir quantitativos, tipos de ambulância, fontes de recursos, prazos, garantias e condições de entrega	Equipe de planejamento, setor de licitações e assessoria jurídica
3	Planejamento	Vinculação indevida de item ou despesa à emenda parlamentar	Incompatibilidade entre o objeto licitado e as metas aprovadas no Plano de Ação	Glosa, rejeição da despesa, necessidade de devolução de recursos ou responsabilização dos agentes	Média	Alto	Alto	Conferir previamente a compatibilidade de cada item com o Plano de Ação; utilizar o recurso somente nas metas autorizadas; solicitar manifestação da contabilidade e do setor responsável pela transferência	Secretaria Municipal de Saúde, contabilidade e equipe de planejamento
4	Planejamento	Estimativa de preços inadequada	Uso de preços sem similaridade técnica, desatualizados ou referentes a objetos distintos	Sobrep preço, preço inexequível, licitação deserta ou contratação desvantajosa	Média	Alto	Alto	Priorizar contratações similares; verificar especificações, datas, quantidades e condições de fornecimento; justificar a metodologia utilizada; excluir referências incompatíveis	Setor de pesquisa de preços e equipe de planejamento
5	Planejamento	Ausência de disponibilidade orçamentária no momento da contratação	Falta de saldo, bloqueio de recurso ou falha na programação financeira	Impossibilidade de emissão da ordem de fornecimento ou atraso na contratação	Média	Alto	Alto	Confirmar saldo orçamentário e financeiro antes de cada contratação decorrente da Ata; emitir prévio empenho; verificar a correta fonte de recurso	Contabilidade e autoridade competente
6	Seleção do fornecedor	Restrição indevida à competitividade	Exigências excessivas de habilitação ou comprovação técnica	Redução do número de participantes, impugnações ou anulação do certame	Baixa	Alto	Médio	Exigir comprovação técnica proporcional; admitir atestado de objeto semelhante; evitar exigências sem justificativa; revisar o edital juridicamente	Equipe de planejamento, pregoeiro e assessoria jurídica
7	Seleção do fornecedor	Proposta com indícios de inexequibilidade	Redução excessiva do preço durante a fase de lances	Inexecução contratual, atraso, pedido de reequilíbrio ou entrega de veículo inferior	Alta	Alto	Crítico	Prever critério objetivo de identificação de indício; realizar diligência; exigir planilha de custos e documentos comprobatórios;	Pregoeiro, equipe técnica e setor de licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

								desclassificar somente após análise motivada	
8	Seleção do fornecedor	Apresentação de documentos técnicos falsos ou inconsistentes	Tentativa de comprovar qualificação ou conformidade inexistente	Contratação de empresa incapaz, nulidade do procedimento e responsabilização	Baixa	Alto	Médio	Verificar autenticidade dos documentos; realizar diligências; consultar órgãos emissores; registrar a análise nos autos	Pregoeiro e equipe de apoio
9	Seleção do fornecedor	Julgamento de proposta tecnicamente incompatível	Análise insuficiente dos catálogos, fichas técnicas ou documentos do veículo	Contratação de objeto divergente das especificações	Média	Alto	Alto	Submeter a proposta à análise técnica; utilizar checklist; exigir indicação de marca, modelo, versão e características; realizar diligência quando necessário	Pregoeiro e equipe técnica da saúde
10	Formalização	Divergência entre a proposta vencedora e o contrato	Falha na elaboração ou conferência do instrumento	Dificuldade de execução e disputa contratual	Baixa	Alto	Médio	Conferir preços, quantitativos, prazos, marca, modelo, garantias e especificações antes da assinatura	Setor de contratos e gestor do contrato
11	Execução	Atraso na entrega dos veículos	Indisponibilidade do veículo-base, atraso da transformadora ou falha logística	Comprometimento da execução do Plano de Ação e dos serviços de saúde	Média	Alto	Alto	Estabelecer prazo claro; exigir cronograma quando necessário; acompanhar a execução; aplicar sanções; admitir prorrogação somente mediante justificativa aceita	Gestor e fiscal do contrato
12	Execução	Entrega de veículo diferente da marca, modelo ou configuração contratada	Substituição não autorizada ou falha do fornecedor	Recusa do objeto, atraso e prejuízo à Administração	Média	Alto	Alto	Conferir chassi, marca, modelo, versão e ano; vedar substituição sem autorização; recusar o veículo incompatível	Fiscal do contrato
13	Execução	Falhas na adaptação ou transformação veicular	Execução inadequada pela transformadora ou uso de materiais inferiores	Risco à segurança, falha operacional e redução da vida útil	Média	Alto	Alto	Exigir transformação por empresa especializada; verificar laudos e certificados; realizar inspeção técnica detalhada; testar os sistemas instalados	Contratada, transformadora e fiscal do contrato
14	Execução	Equipamentos e acessórios incompletos ou inadequados	Falha de montagem, omissão ou tentativa de redução de custos	Impossibilidade de utilização imediata da ambulância	Média	Alto	Alto	Utilizar checklist técnico; conferir todos os equipamentos; realizar testes; condicionar o recebimento definitivo à completa adequação	Fiscal e equipe técnica
15	Execução	Irregularidade no registro, licenciamento ou emplacamento	Falha nos procedimentos perante BIN, DETRAN ou demais órgãos	Veículo impedido de circular ou ser incorporado à frota	Média	Alto	Alto	Exigir entrega totalmente regularizada; conferir CRLV, placas, registro da transformação, CSV e demais documentos; suspender o recebimento definitivo até a regularização	Contratada e fiscal do contrato
16	Execução	Danos ou avarias durante o transporte	Logística inadequada ou ausência de proteção	Necessidade de reparo, substituição ou atraso no recebimento	Média	Médio	Médio	Responsabilizar a contratada pela logística; exigir transporte adequado; realizar inspeção e registro fotográfico no recebimento	Contratada e fiscal do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

17	Recebimento	Recebimento de veículo com desconformidade aparente	Inspeção superficial ou ausência de conhecimento técnico	Aceitação de bem inadequado e dificuldade de correção posterior	Média	Alto	Alto	Realizar recebimento provisório e definitivo em etapas; utilizar checklist; contar com apoio técnico especializado; registrar ocorrências e fotografias	Fiscal, comissão de recebimento e equipe técnica
18	Recebimento	Não identificação de vício oculto	Defeito que somente se manifesta após o uso	Paralisação do veículo e custos adicionais	Média	Alto	Alto	Prever garantia abrangente; registrar os chamados; exigir correção ou substituição; manter documentação da assistência técnica	Gestor, fiscal e contratada
19	Garantia	Recusa ou demora no atendimento da garantia	Ausência de assistência técnica adequada ou omissão do fornecedor	Indisponibilidade prolongada da ambulância	Média	Alto	Alto	Exigir prazo de atendimento; prever responsabilidade integral da contratada; aplicar sanções; manter controle das solicitações de garantia	Gestor do contrato
20	Garantia	Conflito entre garantia da montadora e garantia da transformadora	Fragmentação das responsabilidades	Demora na identificação e solução do defeito	Média	Alto	Alto	Estabelecer que a contratada responde integralmente perante a Administração; exigir coordenação entre montadora e transformadora	Contratada e gestor do contrato
21	Execução financeira	Pagamento antes da regularização integral do objeto	Falha na liquidação da despesa	Prejuízo ao erário e dificuldade de exigir correção	Baixa	Alto	Médio	Condicionar o pagamento ao recebimento definitivo; conferir documentos, regularização e conformidade técnica; não atestar nota fiscal com pendências	Fiscal, gestor e setor financeiro
22	Gestão contratual	Fiscalização insuficiente	Falta de designação, capacitação ou registros	Descumprimento não identificado e baixa qualidade do objeto	Média	Alto	Alto	Designar formalmente gestor e fiscal; orientar os agentes; manter relatórios, registros fotográficos e comunicações formais	Autoridade competente, gestor e fiscal
23	Gestão contratual	Ausência de aplicação de sanções em caso de inadimplemento	Falha administrativa ou instrução incompleta	Reiteração de descumprimentos e prejuízo à Administração	Média	Médio	Médio	Registrar ocorrências; garantir contraditório e ampla defesa; instruir processo sancionador; aplicar penalidades proporcionais	Gestor, fiscal e autoridade competente
24	Operação inicial	Uso inadequado dos veículos e equipamentos	Falta de treinamento dos condutores e equipes de saúde	Danos, acidentes, aumento de manutenção e perda de garantia	Média	Alto	Alto	Exigir entrega técnica; disponibilizar manuais; capacitar motoristas e equipes; seguir orientações do fabricante e da transformadora	Secretaria Municipal de Saúde
25	Operação inicial	Falta de manutenção preventiva	Ausência de planejamento da frota	Quebras, aumento de consumo, redução da vida útil e perda da garantia	Média	Alto	Alto	Elaborar plano de manutenção; observar revisões obrigatórias; controlar quilometragem; registrar serviços realizados	Secretaria Municipal de Saúde e gestor da frota
26	Ambiental	Destinação inadequada de óleos, pneus, baterias e peças	Manutenção sem controle ambiental	Contaminação ambiental e descumprimento da legislação	Média	Médio	Médio	Exigir destinação ambientalmente adequada; utilizar empresas licenciadas; observar logística reversa	Secretaria Municipal de Saúde e empresas de manutenção



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

27	SRP	Contratação superior à necessidade ou sem planejamento financeiro	Uso inadequado da Ata de Registro de Preços	Comprometimento orçamentário ou aquisição desnecessária	Baixa	Alto	Médio	Formalizar cada contratação conforme necessidade real; verificar saldo, justificativa e disponibilidade financeira	Órgão gerenciador e Secretaria Municipal de Saúde
28	SRP	Não contratação dos quantitativos registrados gerar expectativa indevida do fornecedor	Interpretação equivocada da natureza da Ata	Questionamentos ou tentativa de cobrança	Baixa	Médio	Baixo	Deixar claro que a Ata não obriga a contratação; registrar quantitativos estimados; observar as regras do SRP	Setor de licitações e gestor da Ata



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

24.2. Riscos prioritários

Com base na avaliação realizada, deverão receber acompanhamento prioritário os seguintes riscos:

- Incompatibilidade entre o objeto licitado e as metas do Plano de Ação;
- Propostas com indícios de inexequibilidade;
- Falhas na transformação e adaptação dos veículos;
- Atraso na entrega;
- Irregularidade documental e impossibilidade de emplacamento;
- Recebimento de veículo em desconformidade;
- Ausência ou demora no atendimento da garantia;
- Pagamento antes da completa regularização do objeto.

Esses riscos apresentam elevado potencial de comprometer a finalidade da contratação e a continuidade dos serviços municipais de saúde.

24.3. Monitoramento dos riscos

O monitoramento deverá ocorrer durante todas as etapas da contratação, cabendo aos responsáveis:

- Revisar os riscos sempre que houver alteração relevante no objeto ou no procedimento;
- Registrar as ocorrências identificadas;
- Adotar as medidas preventivas previstas;
- Comunicar imediatamente situações que possam comprometer a contratação;
- Atualizar o tratamento dos riscos diante de fatos supervenientes;
- Documentar as decisões e providências adotadas.

O gestor e o fiscal do contrato deverão manter controle específico dos riscos relacionados à entrega, adaptação, documentação, garantia e funcionamento dos veículos.

24.4. Conclusão

Os riscos identificados são administráveis, desde que sejam adotadas as medidas preventivas e mitigadoras previstas neste Mapa de Riscos.

A adequada elaboração das especificações, a análise técnica das propostas, a verificação da exequibilidade, a fiscalização da transformação veicular, a inspeção detalhada no recebimento e o



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

controle da regularização documental constituem medidas essenciais para assegurar o êxito da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta nível de risco compatível com sua natureza, permanecendo sua viabilidade condicionada ao monitoramento contínuo e à atuação coordenada da equipe de planejamento, do pregoeiro, do gestor, do fiscal, da Secretaria Municipal de Saúde e dos demais setores competentes.

25. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela assessoria técnica especializada **FOCUS ASSESSORIA – T DO S M DA SILVA**, responsável pelo apoio técnico à Administração Municipal nas áreas de planejamento das contratações, licitações e contratos administrativos.

A elaboração do estudo foi realizada com base nas informações, documentos, justificativas, quantitativos, especificações e demais elementos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, unidade demandante, e pelos setores competentes da Administração Municipal.

Compete à assessoria técnica especializada a consolidação e a organização das informações recebidas, a análise da viabilidade da contratação, a estruturação dos requisitos do objeto, a avaliação das soluções disponíveis, a análise dos preços, a identificação e o tratamento dos riscos e a elaboração dos demais elementos técnicos integrantes deste Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as demais normas aplicáveis.

A atuação da assessoria possui natureza técnica, consultiva e de apoio ao planejamento, não substituindo as competências legais e administrativas dos agentes públicos responsáveis pela demanda, pela aprovação dos documentos, pela autorização da contratação, pela condução do procedimento licitatório, pela gestão orçamentária e pela fiscalização da futura execução contratual.

A Secretaria Municipal de Saúde, na condição de unidade demandante, responsabiliza-se:

- Pela identificação e justificativa da necessidade da contratação;
- Pela definição dos quantitativos necessários;
- Pelo fornecimento das informações técnicas e operacionais relativas ao objeto;
- Pela veracidade das informações constantes no documento de formalização da demanda – dfd;
- Pela compatibilidade do objeto com as necessidades da rede municipal de saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Pela indicação das condições de utilização e das finalidades dos veículos;
- Pela validação das especificações técnicas e dos requisitos assistenciais;
- Pela informação acerca da disponibilidade orçamentária e da origem dos recursos, em conjunto com os setores competentes.

Compete à Coordenadoria de Contratações e aos demais setores responsáveis da Administração Municipal analisar, validar e aprovar os documentos que integram a fase preparatória, promover a adequada instrução processual e conduzir os atos administrativos necessários ao regular prosseguimento da contratação.

A estimativa de preços e as respectivas fontes, memórias de cálculo e documentos comprobatórios deverão ser validadas pelo setor responsável pela pesquisa de preços, enquanto as informações orçamentárias e financeiras deverão ser confirmadas pelo setor de contabilidade.

A aprovação deste Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente representa a validação administrativa de seu conteúdo e o reconhecimento da conveniência e da viabilidade da solução proposta, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades específicas de cada agente, setor ou unidade participante do processo.

A elaboração e a análise do presente estudo observaram os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, razoabilidade, competitividade, transparência e interesse público.

26. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, atestando sua conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

Declaro, de forma expressa, que a contratação pretendida se revela viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, encontrando-se devidamente justificada com base nos elementos, análises e fundamentos constantes neste documento, os quais evidenciam a necessidade da contratação, a adequação da solução escolhida e sua compatibilidade com o planejamento da Administração Pública.

Ourém/PA, 15 de junho de 2026

Elaborado por:

MARIA EDUARDA MARTINS DA SILVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Focus Assessoria Técnica – T DO S M DA SILVA
Planejamento de Licitações

Responsável pelas cotações de preços:

LUAHGATA PINHEIRO FERREIRA

Diretora de Departamento de Compras

Matrícula: 144784-0

Coordenadoria de Contratações



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

APÊNDICE I - DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente documento tem por finalidade orientar e uniformizar, de forma técnica e colaborativa, os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Município de Ourém/PA para a formalização de contratos administrativos decorrentes de Atas de Registro de Preços, especialmente nas contratações oriundas de Pregões Eletrônicos, conforme o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como título III da referida lei.

As orientações aqui compiladas têm caráter orientativo e provisório, devendo ser observadas até a edição de normativa específica pela Procuradoria do Município e pela Controladoria do Município.

PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE CONTRATO

Para a formalização de contratos decorrentes de ata de registro de preço, a Secretaria interessada deverá instruir o processo administrativo com ofício de solicitação dirigido à Coordenação de contratações, contendo obrigatoriamente:

- Objeto da contratação, conforme descrito na ata e no edital;
- Justificativa da necessidade, ainda que de forma sintética e objetiva;
- Indicação do fiscal do contrato (nome, matrícula e qualificação compatível);
- Número do processo administrativo, pregão eletrônico e ata correspondente;
- Relação dos itens e quantidades a serem contratados, observando o saldo disponível na ata;
- Prazo de vigência contratual pretendido;
- Confirmação de que os itens constam no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

Nota: O controle do saldo da ata é responsabilidade da Secretaria demandante, devendo haver planejamento e acompanhamento durante sua vigência.

DOCUMENTOS RECOMENDADOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Para fins de regularidade e transparência, recomenda-se que o processo contenha, em sequência cronológica:

- Despacho de solicitação de dotação orçamentária;
- Manifestação técnica da Contabilidade, com saldo da dotação, projeto/atividade e fonte de recurso (art. 150 da Lei nº 14.133/2021);
- Autorização expressa do Ordenador de Despesas, com declaração de compatibilidade orçamentária e financeira (art. 16 da LRF);
- Portaria de designação do fiscal do contrato, publicada e válida;
- Minuta contratual assinada pelas partes, conforme modelo padrão já aprovado pela PM/CM no processo;
- Certidões fiscais e trabalhistas atualizadas da contratada (FGTS, Receita Federal, CNDT e demais certidões fiscais exigidas no edital).

SOBRE O PARECER JURÍDICO E CONTROLE INTERNO

Parecer Jurídico

O parecer jurídico deverá:

- Analisar expressamente a minuta contratual, confirmando sua conformidade com o edital e com a Ata de Registro de Preços que lhe deu origem;
- Verificar a adequação das cláusulas obrigatórias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- Registrar, quando cabível, a possibilidade de substituição do contrato por documento hábil, como autorização de compra, nota de empenho ou ordem de fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Analisar a correção das disposições relativas à natureza dos serviços/produtos, distinguindo, quando aplicável, entre continuados e não continuados, bem como as regras sobre saldos remanescentes e renovação de quantitativos em contratações continuadas;
- Examinar os procedimentos previstos para hipóteses de alteração contratual, abrangendo prorrogação de vigência, acréscimo ou supressão de quantidades, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- Analisar as disposições referentes às infrações e sanções administrativas, orientando que:
 - ✓ O fiscal do contrato é responsável por constatar e registrar eventuais descumprimentos, elaborando relatório circunstanciado e notificando a contratada para apresentação de defesa ou justificativa;
 - ✓ A Secretaria demandante é responsável por tramitar o processo de apuração, assegurando contraditório e ampla defesa, e encaminhar o processo à autoridade competente para decisão e aplicação da sanção;
 - ✓ O parecer jurídico deve ser emitido antes da aplicação de qualquer penalidade;
 - ✓ A sanção aplicada deverá ser publicada.
- Manifestar-se quanto à legalidade da formalização do instrumento, observando a competência da autoridade signatária, a validade e autenticidade dos documentos e a vinculação jurídica do contrato à Ata de Registro de Preços correspondente.
- Orientar que a minuta contratual aprovada pela Procuradoria do Município e validada pelo Controle Interno não poderá sofrer qualquer alteração posterior, seja de cláusulas, prazos ou redação sem nova análise e aprovação prévia desses órgãos, sob pena de comprometer a regularidade e a validade do instrumento contratual.

Parecer do Controle Interno

O parecer do Controle Interno deverá:

- Analisar o processo licitatório de forma global, verificando o cumprimento das exigências legais, técnicas e procedimentais previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Município;
- Atestar se o processo está apto a gerar contrato, desde que sejam observadas as diretrizes e obrigações descritas neste ETP e em seu anexo de diretrizes orientativas em consonância com a Lei 14.133/2021;
- Mencionar expressamente que a formalização contratual dependerá do atendimento dos requisitos previstos nas referidas diretrizes, especialmente quanto à designação de fiscal, comprovação orçamentária, regularidade fiscal da contratada e publicações obrigatórias;
- Recomendar, quando cabível, ajustes ou complementações antes da homologação, de modo a assegurar que o processo, ao ser encaminhado para geração de contrato, esteja regular e em condições de prosseguir sem risco de nulidade;
- Registrar no parecer que, para a efetiva formalização do contrato, devem ser seguidas as diretrizes orientativas constantes neste ETP, cabendo à Secretaria demandante cumprir as etapas indicadas no item 2 (solicitação formal) e no item 3 (documentação mínima).

A critério do Controle Interno, poderá ser anexado ao processo um Parecer Geral sobre Contratos, contendo explicação passo a passo das exigências de formalização, execução e fiscalização, servindo de referência a todos os órgãos da Administração.

Alternativamente, esse conteúdo poderá constar no corpo do próprio parecer, desde que mantida a estrutura de conferência documental e de conformidade legal.

BASE LEGAL E LÓGICA DE GOVERNANÇA

Conforme o art. 169 da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem estar submetidas a práticas contínuas de gestão de riscos e controle preventivo, integrando um sistema de governança composto por três linhas de defesa, cada uma com funções e responsabilidades específicas no contexto da Administração Pública.

A seguir, apresenta-se a estrutura e o papel de cada linha de defesa, aplicados ao fluxo licitatório e contratual do Município de Ourém/PA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

LINHA DE DEFESA	AGENTES ENVOLVIDOS	NATUREZA DA ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES
1ª Linha de Defesa	Servidores e empregados públicos diretamente envolvidos nas atividades administrativas; agentes de contratação; pregoeiros; gestores e fiscais de contratos.	Operacional e executiva. São os responsáveis pela condução das atividades, instrução dos processos, acompanhamento da execução e ateste das entregas. Representam a linha de frente na prevenção de falhas, irregularidades e desperdícios.
2ª Linha de Defesa	Unidades de assessoramento jurídico e unidades de controle interno do próprio órgão ou entidade.	Preventiva e orientativa. Atuam de forma técnica e consultiva, analisando a conformidade legal e processual dos atos, mitigando riscos e apontando ajustes antes da prática do ato final. Garantem que o processo esteja apto e regular antes de ser encaminhado para contratação.
3ª Linha de Defesa	Órgão Central de Controle Interno (no caso de Controladoria Geral) da Administração e Tribunal de Contas.	Fiscalizadora e corretiva. Exercem controle posterior sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos. Realizam auditorias, recomendações e podem aplicar sanções, assegurando a responsabilização e a transparência dos gestores públicos.

O modelo das três linhas de defesa reforça a cultura de governança, integridade e controle preventivo nas contratações públicas.

Nele, cada instância atua de forma complementar e coordenada, assegurando que a Administração Municipal de Ourém/PA adote práticas de planejamento, transparência e responsabilidade, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

- A minuta contratual deverá fazer referência expressa à Ata de Registro de Preços e ao respectivo processo licitatório;
- É recomendável evitar a contratação integral do saldo da ata em um único contrato, salvo com justificativa técnica e planejamento formalizado;
- A publicação do contrato na íntegra deverá ocorrer no jurisdicionado TCM/PA, Portal da Transparência e, no PNCP, assim como extrato de contrato;
- O Setor de Compras deverá conter saldo de contrato, Gestor e Fiscal designado deverão manter controle atualizado das entregas, medições e ocorrências contratuais;
- Departamento de Licitação, em conjunto com os órgãos de controle, jurídico, acompanhará a aplicação destas diretrizes, promovendo ajustes sempre que necessário.

VALIDADE E APLICAÇÃO

As presentes diretrizes constituem orientação institucional Departamento de Licitação, através da Assessoria Técnica em Licitações e Contratos, destinadas a padronizar e fortalecer as rotinas administrativas relativas à formalização e execução dos contratos decorrentes de Atas de Registro de Preços.

Têm validade interna e caráter orientativo, podendo ser observadas por todas as Secretarias Municipais envolvidas em processos licitatórios e contratações públicas, até a publicação de normativa conjunta da Procuradoria-Geral do Município e Setor de Controle Interno do Município.

Como Assessora Técnica em Licitação e Contratos, oriento que estas diretrizes possam ser adotadas como referência obrigatória nas etapas subsequentes à licitação, formalização, execução, acompanhamento, fiscalização e encerramento



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

contratual, assegurando que todos os procedimentos sejam conduzidos com segurança jurídica, transparência, responsabilidade e eficiência administrativa.

Ressalto, contudo, que a desburocratização dos fluxos processuais é igualmente relevante e deve ser continuamente estimulada, desde que preservados o controle, a legalidade e a integridade dos atos administrativos. A simplificação responsável, aliada ao uso de ferramentas tecnológicas e à padronização documental, contribui para agilizar os trâmites internos, reduzir retrabalhos e fortalecer a governança pública, sem comprometer a regularidade ou a rastreabilidade das contratações.

A adoção uniforme destas práticas busca promover a governança e a integridade administrativa, reforçando o comprometimento com o compliance público, a desburocratização dos fluxos internos, a padronização documental e a celeridade processual, sem prejuízo do controle e da legalidade.

Essas orientações alinham-se aos arts. 5º, 11, 169 e 170 da Lei Federal nº 14.133/2021, representando o compromisso desta Assessoria com uma gestão pública moderna, transparente e voltada a resultados, em benefício da eficiência administrativa e da confiança da sociedade de Ourém/PA na Administração Municipal.

O seu cumprimento contribui para a celeridade processual, a redução de retrabalho e a segurança jurídica das contratações públicas no Município de Ourém/PA.